



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A SER CIRCULADO EM INVOLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO DE PROTEÇÃO À VENDA. NÃO PODE ABIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL.



A qualidade do serviço público de educação não é compatível com instabilidade profissional, precariedade e desemprego!

A qualidade de ensino e o combate ao insucesso e ao abandono escolar só são possíveis com professores e educadores motivados e com condições adequadas de exercício da profissão.

Por uma Escola Pública, Democrática, Inclusiva e de Qualidade!



A força de estarmos unidos! www.fenprof.pt

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

JEF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | nº 253 | Setembro '11 | 0,50 Euros

**Serviços Públicos
na mira do Governo**

Pág. 16



Emprego com direitos
**Os professores
não são descartáveis!**



FENPROF entrega provas documentais na Procuradoria Geral da República

A FENPROF anunciou frente ao MEC (concentração de 23 de Setembro) que entregaria, na semana seguinte, na Procuradoria Geral da República provas documentais para a averiguação das irregularidades que, tudo indica, poderão ter sido praticadas por responsáveis políticos do MEC.

Esta declaração de Mário Nogueira foi feita perante cerca de 3 centenas de professores que protestavam contra as colocações e aquilo que parece ter sido a manipulação dos dados introduzidos pelas escolas na declaração de vagas.

Recebida com fortes aplausos por todos os presentes a proposta era concluída com “e se se provar que os fortes indícios existentes são muito mais do que isso, iremos cobrar responsabilidades políticas do governo”, com as consequências que daí advirão. Já no Palácio das Laranjeiras, para onde se deslocaram, O Secretário de Estado da Educação e da Administração Educativa recusou receber uma delegação dos professores. ●



A contestação dos docentes e da comunidade educativa

Os indícios surgiram já na abertura do ano letivo: falta de pessoal docente e não docente, entre outras dificuldades que, nas escolas, já começaram a surgir. Mas o problema maior não terá sido abrir as portas entre 8 e 15 de setembro, problema maior será mantê-las abertas até ao final do ano letivo, tendo em conta o corte de 1.300 milhões de euros que será feito na Educação, em dois anos, com repercussão no orçamento das escolas. Isto quando já se sabe que, neste período, nada irá custar menos. Pelo contrário, os custos aumentarão entre significativamente e violentamente. É essa a razão por que sobe a contestação dos docentes e da comunidade educativa. E se ainda não subiu, subirá... ●



Desemprego dos professores

Há as trapalhadas nas colocações de docentes que resultam de incompetência técnica dos serviços. Depois há estas, como as deste ano, em que a decisão política levou ao que de pior existe, precisamente, na política: à mentira. Procurando fugir às responsabilidades, o MEC transferiu responsabilidades para as escolas que, não só, as rejeitaram, como disseram o que, na verdade, aconteceu. É lamentável e um péssimo início de mandato para quem, como Crato, afirmava que a melhor forma de acabar com confusões deste e outro tipo na Educação, seria implodir o respetivo Ministério. Que se cuide para conseguir fugir a tempo da derrocada. ●



Em foco

04

Novo regime mantém traços do modelo que vigora

Mário Nogueira

05

Queres lutar ou “dar a mão” ao Governo?!

João Louceiro

06

Salários, pensões, progressões: Cortar até ao tutano!...

António Nabarrete

Destaque

10

Compensação por cessação dos contratos de trabalho

Fátima Anjos

12

Proposta Reivindicativa Comum para 2012

Nacional

15

Horários de trabalho Urgente uma renovada centralidade a esta luta

Vítor Godinho

Serviços Públicos

16

Serviços Públicos na mira do Governo

Ensino Privado

19

Contrato Coletivo de Trabalho: Ensino Particular e Cooperativo

Graça Sousa

Educação e sociedade

21

Resposta aos problemas que clamam por resposta

Nélio de Sousa

Internacional

25

6º Congresso da IE: Prioridade é defender a Escola Pública de qualidade

28

O Congresso da IE e a importância do sindicalismo internacional

Manuela Mendonça

Dir-nos-ão que, com uma periodicidade estabelecida, há eleições para que se escolha e que é isso a democracia... Só isso?! E a pobreza, a exclusão, a fome, o desemprego, a doença que persiste por falta de meios para a debelar, o insucesso escolar, as desigualdades, as injustiças, a violência... são coisas da democracia?



Por onde anda Abril?

Os patrões podem despedir os trabalhadores apenas “porque sim”; mas estes, mesmo justificadamente, não podem despedir os patrões! Os governantes podem impor leis que roubam salários, facilitam despedimentos, eliminam direitos; mas os trabalhadores não podem aprovar leis para substituir os que, nos governos, os agridem com estas malfetorias!

Os dirigentes dos partidos do “arco do poder” inclinam-se perante a ingerência estrangeira que pretende, até, perverter os conteúdos democráticos da Constituição da República Portuguesa; mas os cidadãos não podem fazer valer os seus interesses, correndo com os “Cabrais que são falsos à nação” e puseram a soldo o país, fragilizando-o perante especuladores e outros gananciosos da cena internacional!

Eles – aqueles todos – roubam com impostos insuportáveis, destroem serviços fundamentais à vida e ao bem-estar dos cidadãos – na doença, no desemprego, na velhice, entre outras situações de fragilidade –; mas esses cidadãos trabalhadores não podem mandar prender quem lhes rouba o futuro e quem delapida e aliena o património que é de todos!

Final, que democracia é esta? Foi para isto que se fez Abril? Decerto que não e que o digam militares de Abril e o Povo! Sim, o

Povo para quem Abril se fez!

Dir-nos-ão que, com uma periodicidade estabelecida, há eleições para que se escolha e que é isso a democracia... Só isso?! E a pobreza, a exclusão, a fome, o desemprego, a doença que persiste por falta de meios para a debelar, o insucesso escolar, as desigualdades, as injustiças, a violência... são coisas da democracia? Não são, claro, e a arrastar-se esta situação, com tendência para se agravar por causa de uns quantos gananciosos que não abrem mão dos seus privilégios, as coisas podem acabar mal, com ruturas que deixam o povo na miséria e com um retrocesso civilizacional pesadíssimo.

Tudo isto nos faz sentir que um novo Abril é preciso... e já!

Nota (de preocupação): há dias, numa reunião, corria uma folha em que, a letras de tamanho grande, se lia esta afirmação de Garrett “Já deve andar orçado o número de almas que é preciso vender ao diabo, o número de corpos que se tem de entregar, antes do tempo, ao cemitério, para fazer um banqueiro”. Não sei se essas contas já estão acertadas, mas não duvido que a troika já chamou o governo para falar no assunto e no gabinete de Gaspar as calculadoras, a esse propósito, têm perdido tinta das suas teclas. Mas, queiramos nós, ainda podemos evitar que aconteça. ●

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 58.500 ex. | Depósito Legal: 3082/98 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF - Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial - R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 - 1070 Lisboa. O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

AVALIAÇÃO

Novo regime mantém traços do modelo que vigora Não merece o acordo da FENPROF!

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Para a FENPROF nunca se colocaram dúvidas: com quotas na avaliação não havia acordo possível!

Provavelmente, para o MEC também não: eram mais importantes as quotas do que um eventual acordo com a principal organização sindical de docentes. E foi assim que as negociações terminaram: sem acordo e com quotas.

Mas, (des)acordo à parte, a verdade é que o regime que substituirá o que vigorou, sem se afastar, em aspetos essenciais, do que se aplicou em 2010/2011, elimina muita da burocracia que tem estado presente (fazendo desaparecer grelhas, fichas, descritores, anexos, portfólios e demais “gorduras” do regime anterior, substituindo tudo isto por um relatório crítico, anual, da atividade desenvolvida, que terá um máximo de duas páginas) e abre para ciclos avaliativos mais largos, consonantes com os períodos de permanência nos escalões da carreira (por norma, 4 anos). Serão estes, talvez, os aspetos mais positivos do novo regime aprovado.

Já em relação aos avaliadores e às modalidades de avaliação (interna e externa), está quase tudo por esclarecer, sobretudo em relação à avaliação externa, para a qual a escassez de respostas do MEC o levou a optar pelo caminho mais fácil: fica para regulamentação posterior, vendo-se depois como fazer.

Uma nota também para as menções de avaliação. Não tem sentido algum que se mantenham 5 menções cuja fronteira entre si é por vezes muito ténue, talvez até mesmo impercetível. Entre um Muito Bom e um Excelente estarão 90 minutos de aulas observadas, em 4 anos, que um dia menos bom poderá determinar; já entre um Muito Bom e um Bom poderá existir apenas um ato discricionário, de onde poderá resultar uma tremenda injustiça. É, para a FENPROF, evidente que um modelo de avaliação efetivamente formativo, bem construído e capaz de reconhecer o mérito e demérito excepcionais, tem de se limitar a três menções de avaliação e não pode sujeitar-se a quotas. Nesse quadro, à generalidade dos docentes será reconhecido o mérito que existe no seu desempenho profissional e a uma pequena



É certo e, de imediato, será bom que as escolas se livrem deste fator de pressão e perturbação que tem sido o modelo de avaliação de desempenho dos docentes

margem o mérito excepcional ou a falta de um mínimo aceitável. Mais do que nos profissionais que avaliam e são avaliados, as quotas são o principal indício de que, quem impõe, não acredita no modelo que criou. Assim sendo, as quotas são uma espécie de pára-raios nas igrejas, sobre os quais já António Aleixo tão bem nos explicou.

Mas, para além do modelo, há aspetos de contexto que, por não serem menores, não poderão ser desvalorizados. Desde logo, o modelo de gestão das escolas. A elevada concentração de poderes e competências sobre o diretor refletem-se aqui: é o diretor que também preside ao conselho pedagógico,

à secção de avaliação e quem nomeia os seus elementos. A situação atual das carreiras: sendo este um modelo que se concretiza com a progressão, sendo a avaliação obrigatória para progredir, estabelecendo a avaliação os ritmos de avaliação, tudo isto se torna absurdo quando falamos de uma progressão que está e irá continuar bloqueada. As implicações nos concursos: sendo eliminadas para os docentes dos quadros e atenuadas para os contratados, o certo é que o ciclo que agora se conclui poderá ter repercussões nos concursos do próximo ano se, até lá, o MEC não aprovar a anulação dos seus efeitos, tal como a FENPROF continuará a exigir.

Portanto, por força de um mal maior – o atual congelamento das carreiras –, a avaliação irá agora entrar numa fase de “hibernação”. Foi apenas até aí que o MEC chegou quando, como lhe propunha a FENPROF, havia condições e necessidade de matar o “monstro”, como lhe chamava o maior partido de oposição da era socrática. É certo e, de imediato, será bom que as escolas se livrem deste fator de pressão e perturbação que tem sido o modelo de avaliação de desempenho dos docentes. Mas preparemo-nos para o dia em que o dito monstro desperte. Nessa altura, há que continuar a agir como São Jorge e não como Nuno Crato. •

PRECARIEDADE

Queres lutar ou “dar a mão” ao Governo?!

JOÃO LOUCEIRO (Membro do SN da FENPROF)

A precariedade – incerteza, instabilidade, salários baixos, ausência de direitos – e o desemprego, violentamente agravado pelas medidas do Governo para tirar professores às escolas, são o pano de fundo em que acontecem graves perturbações nos concursos.

As regras destes não estão bem, longe disso, mas o MEC, ao manipular a tipologia dos horários, acrescentou injustiças enormes que, a não serem corrigidas, prejudicarão definitivamente muitos docentes. Entre eles, os que mais tempo de serviço têm com contratos precários.

A concentração de protesto no passado dia 23 (cfr. www.fenprof.pt), despoletada pelo que aconteceu na BR02, foi um momento de luta que – haja noção do quadro de opções em que o MEC destrata pessoas! – tem de ser conscientemente inserido num combate mais geral contra o desemprego e a precariedade que resultam de opções políticas concretas e não de transcendentais fatalidades. Há que prosseguir para além da resolução e correção das tropelias nos concursos, tendo já em conta que o Governo anunciou mais cortes na área da Educação. 500 milhões em 2012 a somar aos 800 milhões deste ano, significa muitos/as mais fora da profissão; e a instabilidade vai envenenar cada vez mais as escolas e as vidas de quem nelas ainda estiver. Com o aprofundamento do desemprego e da precariedade, aumentam as violações de regras, a discricionariedade, os abusos, os atropelos, os critérios à medida, as prepotências, a desconsideração e o desrespeito pelos docentes, enquanto profissionais e enquanto pessoas. É absolutamente necessário que muitos mais se disponham a participar, a intervir e a lutar... Continua a não ser compreendido por colegas que se queixam, que resmungam, que acusam... mas que não lutam como deviam. E na apatia que praticam, estão a dar a mão

ao poder político para que ele, em definitivo, jogue o futuro para o lixo.

A FENPROF está empenhada na luta contra o desemprego e a precariedade. Por isso, relembra que, também aqui, nunca haverá resultados sem que as pessoas em concreto se movimentem para os conquistar! Na sequência das muitas ações para as quais tem exortado a participação dos professores contratados e desempregados, a FENPROF retomou este ano escolar, logo a 1 de Setembro, com a denúncia do aumento do desemprego. A 16 de Setembro, em muitos pontos do país, a FENPROF já apelou ao protesto público em iniciativas de rua “contra o desemprego, os contratos sem regras e a instabilidade que se abate sobre todos os docentes” (cfr. www.fenprof.pt). Em algumas daquelas iniciativas, a participação de colegas contratados ou desempregados deu sinais de que há mais atenção e vontade de intervir. Mas ainda não chega.

Vamos prosseguir com determinação, não perdendo oportunidades. O poder político tem de ser pressionado, chegando-lhe as vozes dos que protestam, exigem e propõem.

No dia 29 será nas galerias da Assembleia da República, acompanhando o Debate de Urgência sobre Educação ali requerido pelo PCP. No dia 01 de Outubro, nas grandes manifestações convocadas pela CGTP para Lisboa e Porto (que importante será uma forte

participação, neste caso, dos contratados e dos desempregados!). É preciso ter mais e mais gente a mostrar que não tolerará o caminho da precariedade e do desemprego, animado por cortes brutais nas verbas para a Educação.

Quem não for à luta estará, verdadeiramente, a dar a mão ao Governo. Pode ser mais fácil remoer insatisfações ou acusar (!) os sindicatos; é sempre mais fácil inscrever uns posts em blogs... Mas isto e luta não são a mesma coisa. A luta é a pressão que o poder político merece e que pode, afinal, produzir resultados. •

Vamos prosseguir com determinação, não perdendo oportunidades. O poder político tem de ser pressionado, chegando-lhe as vozes dos que protestam, exigem e propõem.



ROUBOS

Salários, pensões, progressões

Cortar até ao tutano!...

ANTÓNIO NABARRETE* (Membro do SN da FENPROF)



e o congelamento das progressões. Os professores e educadores, em conjunto com todos os outros trabalhadores portugueses, têm de fazer o que lhes compete: impor, através da resistência e da luta, uma rápida inversão destas políticas. Caso contrário teremos a bancarrota como destino! E a muito curto prazo!

A herança de Sócrates

No momento da sua saída de cena, após a derrota eleitoral de 5 de Junho, José Sócrates deixou um país com mais de setecentos mil desempregados, mais de dois milhões de pobres e uma classe média sem ter onde cair morta. Cortes nos abonos de família e diminuição do conjunto das prestações sociais marcaram os últimos tempos da sua governação. Em contrapartida, as grandes empresas continuaram a distribuir lucros sem pagar impostos e os bancos foram alvo de uma taxa que até agora nada rendeu aos cofres do Estado.

A generalidade dos trabalhadores portugueses sofreu um fortíssimo agravamento do IRS (quer por via das deduções específicas, quer por via da imposição de tectos nos benefícios fiscais), arcou com uma subida de 2% no IVA, um aumento médio de 4% nos transportes e de 4,5% na energia. Tudo isto num ambiente recessivo mas com uma inflação sempre crescente (de 1,3% em 2010 para valores acima de 3,5% este ano). Este filme está agora a ser remasterizado por Passos Coelho em versão panorâmica.

Os trabalhadores da Função Pública sofreram cortes de salários entre 3,5% e 10% e viram as progressões congeladas e o tempo de serviço perdido. Por outro lado, a ADSE, para a qual descontam 1,5% do seu vencimento, foi fortemente descapitalizada (diminuição, este ano, de 15% da comparticipação do Estado) e corre o risco de falência com a perspectiva da retirada total da referida comparticipação em 2016.

No campo da Educação o governo de Sócrates impôs uma redução de mais de 800 milhões de euros em despesas de funcionamento (redução do número de professores por via dos encerramentos de escolas, da

constituição de mega-agrupamentos, das alterações curriculares, da redução das horas de assessorias, da redução de horas do Plano Tecnológico, da obrigatoriedade dos bibliotecários leccionarem uma turma, da redução dos créditos horários das escolas, da alteração das regras do trabalho nocturno, da redução do orçamento de funcionamento das escolas).

Entretanto, o Memorando de Entendimento com o FMI, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, que aprofunda o ataque aos trabalhadores e à classe média, representa uma espécie de passagem de testemunho de Sócrates para Passos Coelho, com o beneplácito comprometido de Cavaco Silva. Fixa em letra de forma o afundamento do país, numa espiral recessiva, a troco de 78.000 milhões de euros que servirão essencialmente para capitalizar a banca.

O "pote" de Passos Coelho

Três meses após ter recebido o facho do "Memorando de Entendimento" das mãos de José Sócrates, Passos Coelho fez, na televisão pública, sob o sorriso complacente do jornalista, um balanço eufórico da sua governação:

- Preventivamente, para mostrar à Troika que sabe fazer ultrapassagens, cortou o equivalente a metade do subsídio de Natal aos trabalhadores e pensionistas;

- Por antecipação, aumentou os preços do gás, da electricidade e da generalidade dos transportes públicos (sujeitando os portugueses de rendimentos mais baixos a tratos de polé para obterem o que sempre

“

Passos Coelho "promete" mais recessão, mais pobreza, mais transferência de riqueza para a banca vinda directamente daquilo que os trabalhadores deixam de ganhar ou pagam através dos impostos.

tiveram, desde o 25 de Abril, ou seja, um passe social);

- Para agradar à Troika, e às empresas alemãs e francesas, anunciou uma série de privatizações a pataco das empresas estratégicas nacionais.

- Não contente com isto, anunciou um aumento brutal do IVA (através do desaparecimento do escalão intermédio e passagem dos bens e serviços que dele fazem parte para os 23%, destino que terão igualmente muitos bens e serviços do escalão mais baixo) e uma queda vertiginosa da taxa social única (da parte respeitante aos patrões). Mas disse mais: Portugal, se a situação grega não for resolvida no âmbito europeu, precisará de ser de novo resgatado. Isto é, de pedir um novo empréstimo, que levará a novos cortes de salários e pensões, a novos e violentos cortes na educação, saúde e segurança social e a aumentos assassinos de impostos. Mais recessão, mais pobreza, mais transferência de riqueza para a banca vinda directamente daquilo que os trabalhadores deixam de ganhar ou pagam através dos impostos.

Estas barbaridades constituem apenas a antecâmara do que já está anunciado no Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015, recentemente divulgado pelo governo.

O que ninguém fará por nós

No fundo, o que está em causa, sem desvalorizar o impacto negativo da dívida pública, é a colossal dívida privada portuguesa que se eleva a muito mais de 300 mil milhões de euros. Detida pela banca, que se transformou num poço sem fundo dos créditos obtidos pelo país em condições terríveis.

O plano que foi montado para salvar a banca (portuguesa, irlandesa e grega, ou mesmo alemã ou francesa, espanhola ou italiana) conduzirá as economias mais frágeis, como a portuguesa, a uma recessão de consequências imprevisíveis.

Este plano tem de ser combatido e derrotado. Dessa derrota depende o futuro dos nossos filhos. A situação grega aí está à nossa frente como um guião vivo do que

se irá passar connosco se não o impedirmos.

Pelo próximo dia 1 de Outubro, em Lisboa e no Porto, no âmbito da CGTP, passará um desses momentos de resistência e luta contra esta política de retrocesso civilizacional!

Ninguém pode faltar à chamada! Todos não seremos de mais! •

*(Objector de consciência em relação ao Novo Acordo Ortográfico)

O que aí vem...

A menos de um mês da divulgação da proposta de Orçamento para 2012, várias coisas são já claras, em matéria de rendimentos, para os trabalhadores da Função Pública, e por consequência para os professores e educadores: irão receber apenas metade do subsídio de Natal; continuarão a receber salários decepidos em 2012 (nada indica que assim não continuarão em 2013, mas imperativos constitucionais impedem o governo de o adiantar já!), salários esses que permanecerão congelados pelo menos até 2013; continuarão a ter as progressões congeladas (pelo menos até 2013); deixarão de ter deduções no IRS em termos de saúde e educação; pagarão mais impostos e terão menos participações. Com as devidas adaptações o mesmo se passará com os pensionistas que também verão as suas pensões decepidadas entre 3,5% e 10%, para pensões superiores a 1.500 euros, a partir de Janeiro de 2012. Mas o governo tornou também muito claro que sempre que for necessário tomará novas medidas. Está feito o aviso e esclarecido o seu conteúdo: as "gorduras do estado" são os seus próprios trabalhadores! Serão eles, juntamente com os restantes trabalhadores, a pagar as mordomias, as negociatas, os enriquecimentos ilícitos e os buracos de toda a espécie que todos os dias vão aparecendo. A.N. •



Em seis anos de governação José Sócrates mudou, para muito pior, a face do frágil estado social português.

Debilitou o Serviço Nacional de Saúde, degradou as condições de trabalho dos professores e educadores (enfraquecendo a resposta pública, em escolas públicas!) e diminuiu o conjunto de apoios sociais aos trabalhadores e pensionistas. Mas não se ficou por aí. Ainda teve tempo, e engenho, para esmagar a classe média (já de si historicamente anémica!) com uma brutal carga fiscal e uma sucessiva perda de direitos.

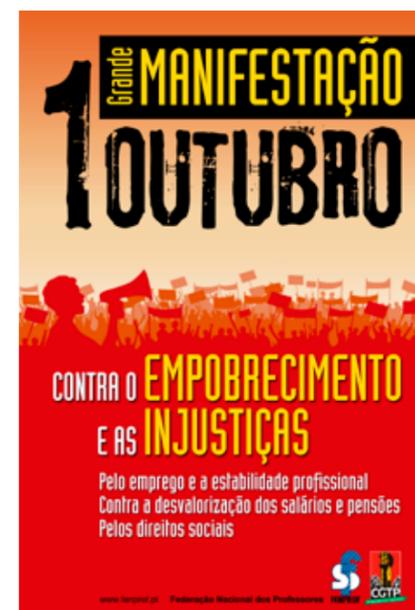
Entretanto, o "pote" foi entregue a Passos Coelho. Em menos de três meses, os seus passos cimentaram a recessão que estrangula o país: um colossal aumento de impostos sobre os mesmos de sempre, subida astronómica dos preços de bens essenciais e gigantescos cortes nos apoios sociais.

No centro desta política de terra queimada avultam os cortes salariais, os cortes nas pensões, os cortes no tempo de serviço

Um momento alto da luta por melhores condições de vida e de trabalho

No fecho desta edição do JF, estava tudo a postos para as manifestações da tarde de 1 de Outubro, dia do **41º aniversário da CGTP-IN**, dia de acção, protesto, proposta e luta contra o empobrecimento e as injustiças, pelo emprego, salários, pensões e direitos sociais. "Estamos determinados e vamos fazer do dia 1 de Outubro um momento alto da luta por melhores condições de vida e de trabalho, por um Portugal soberano, de progresso e justiça social", garantia o Conselho Nacional da Central, ao salientar a importância de uma mobilização activa para as manifestações de **Lisboa e Porto** (e também no **Funchal**), incluindo dos professores e educadores, através dos Sindicatos da FENPROF. Como tem sublinhado a CGTP-IN, esta é uma luta de todos: dos trabalhadores, independentemente dos seus sectores e da sua filiação sindical, dos jovens, dos pensionistas e reformados, dos desempregados, dos imigrantes. É preciso construir, em unidade, respostas dinâmicas aos problemas do presente, pela construção de um futuro melhor para todos quantos vivem e trabalham em Portugal.

Em www.fenprop.pt os nossos leitores encontram a reportagem e todos os pormenores da jornada de 1 de Outubro. | JPO •



O desemprego e a instabilidade

A colocação dos docentes nas escolas continua a ser notícia – as posições da FENPROF e as suas exigências

O anterior governo tinha decidido que era necessário reduzir despesas e diminuir trabalhadores na administração pública – exigências da chamada “troika”. No ministério da educação foram de imediato definidas uma série de medidas com vista ao cumprimento de tal desígnio nomeadamente as que respeitavam a alterações curriculares cuja implementação levasse, no imediato, a reduzir docentes. Para isso punha-se fim ao par pedagógico na disciplina de EVT e terminavam as áreas curriculares não disciplinares no ensino básico e a área de projeto no secundário. Face a movimentações várias, na Assembleia da República, os partidos da oposição incluindo o PSD e o CDS, atualmente no governo, votaram a suspensão do diploma que corporizava tais medidas.

Claro que quando assumiram a governação do país e enquanto subscritores do memorando da troika PSD e CDS “foram obrigados” a ponderar as vias para diminuir despesas. Não houve grande originalidade, diminuir professores foi um dos caminhos e, tirando o par pedagógico na disciplina de EVT, todas as restantes medidas do governo PS foram aproveitadas e ainda acrescentadas de mais algumas nomeadamente o aumento do número de alunos por turma no 1º ciclo e a proibição de formar novas turmas de ofertas de formação tipo EFA(s).

Os resultados dos concursos foram como era de esperar uma catástrofe em termos de desemprego dos docentes contratados e agravamento do número de recém-licenciados em ensino sem colocação a que se acrescentou a instabilidade dos docentes dos quadros com um elevado número de docentes sem horário! Neste momento estima-se em cerca de menos 10000 docentes contratados relativamente a igual período do ano anterior.

As medidas para precarizar os contratos de trabalho não tardaram – os docentes colocados pela bolsa de recrutamento ou oferta de escola fazem contratos de um mês! Depois de tomada de posição firme por parte da



FENPROF, o ministério da educação veio esclarecer que seriam contratos de um mês renováveis enquanto houvesse necessidade, esclarecendo que nos casos de necessidades anuais os contratos terminariam em 31 de Agosto. A ser assim, não se entendem os verdadeiros objetivos desta modalidade contratual!

Por último, baralhando a modalidade de contrato mensal renovável – leia-se contrato temporário – com as opções dos candidatos a concurso que podiam ser candidatura a contrato anual ou candidatura a contrato anual e temporário, resultou que na 2ª bolsa de recrutamento a generalidade dos horários preenchidos apareciam como temporários (mesmo resultando de necessidades para todo o ano), ficando os candidatos apenas a contrato anual sem colocação...

A FENPROF tudo fará para que sejam reparados todos os erros e injustiças praticados nos concursos deste ano e bater-se-á por nova legislação que garanta o vínculo aos docentes que efetivamente garantem as necessidades permanentes das escolas e o respeito pela graduação profissional de cada um, isto é, bater-se-á para que termine o livre arbítrio na definição de critérios de seleção nos concursos de oferta de escola.

Lamentavelmente e não certamente por vontade dos docentes este ainda não foi ainda o ano em que os concursos de colocação de docentes não foram notícia pelos maus motivos! ●



ANABELA DELGADO
(Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

Professor de intervenção!

Muitas têm sido as intenções de manipular a opinião pública e as consciências, acerca das perspectivas e dos temas que mais tocam à vida dos trabalhadores e dos portugueses, de forma a facilitar e a justificar as actuações dos governos e a aplicação das suas políticas. Nos últimos anos, o número de opinion-makers, colunistas, comentadores e politólogos, editores e *pass-vit's*, fazem com que a informação chegue aos seus destinatários, muitas vezes já com algumas mutações estéticas, contribuindo para a instalação da resignação, do fatalismo e do “para pior já basta assim”.

Não é inocente aquele “célebre” apelo recente ao conformismo e ao não protesto, que poderiam causar os tais tumultos; ou o esforço efectuado e muito difundido que “o nosso caso é diferente da Grécia”, mas desvalorizando que se está a aplicar a mesma receita; ou a teimosa determinação em não taxar os que detêm a riqueza, alegando que de outra forma haveria “fuga de capital”; ou ainda, que a economia necessita de “estímulos” tipo, despedimentos, encerramentos de serviços públicos essenciais, baixos salários, caridade, precariedade... Se estes “estímulos” fossem verdadeiros seríamos um país muito competitivo há vários anos.

E agora, qual é o papel de todos nós? Encolhemos os

ombros ou agimos? E os professores e educadores? Não têm uma ética, são alheios à realidade?

No início dos anos 80 um jornalista perguntou ao José Mário Branco se ele se considerava um cantor de intervenção, e a sua resposta foi exemplar: “Todos somos cantores de intervenção, Marco Paulo é um cantor de intervenção, intervém à sua maneira e eu intervenho à minha, agora não me venham dizer que aquilo é neutro. Não há neutralidade possível quando se está a falar para milhares de pessoas. Está ali um tipo a dizer umas palavras, a tomar umas atitudes e, portanto, a transmitir modelos que levam à reprodução do sistema social tal como ele está, ou a colocar em causa esse sistema social e a sugerir pistas, eventualmente erradas. Nunca se vai impunemente para cima de um palco.”

Sabendo que o professor é alguém que também tem uma plateia, transmite conhecimentos e valores, formando pessoas que fazem a sociedade, não tenho dúvidas que, em democracia, a responsabilidade de intervir na sociedade também é sua! Os professores também são de intervenção! ●



MANUEL NOBRE | spzs.nobre@gmail.com

Coveiros de Portugal



Henrique Monteiro

Compensação por cessação dos contratos de trabalho

A fragilização de um direito fundamental dos trabalhadores

FÁTIMA ANJOS (Jurista. Gabinete Técnico-Jurídico da FENPROF)

Como é do conhecimento público, o Governo anunciou, com o objectivo de proceder à aplicação do memorando de entendimento assinado com a Troika, que iria apresentar à Assembleia da República um instrumento legislativo que legitimasse um sistema de compensação por cessação do contrato de trabalho que substituisse o previsto no Código de Trabalho.



Tal intenção já se encontra concretizada na Proposta de Lei nº 2/XII cujo texto final foi aprovado, em 8 de Setembro pp., e se encontra a aguardar publicação no D.R.

O novo regime jurídico nela concebido é aplicável aos contratos de trabalho celebrados, após a sua entrada em vigor e tem incidência sobre as seguintes situações: nas cessações do contrato de trabalho em comissão de serviço (art.º nº 164º do Código do Trabalho); na resolução do contrato de trabalho pelo trabalhador em caso de transferência definitiva de local de trabalho que lhe cause prejuízo sério (art.º 194º do Código do Trabalho); na caducidade de contratos de trabalho temporário ou a termo certo ou incerto (art.ºs 180º, 344º e 345º do Código do Trabalho); na caducidade dos contratos de trabalho por morte do empregador, extinção de pessoa colectiva ou encerramento de empresa (art.º 346º do Código do Trabalho); no despedimento colectivo (art.º 360º do Código do Trabalho); no despedimento por extinção do posto de trabalho (art.º 372º do Código do Trabalho); e no despedimento por inadaptação (art.º 379º do Código do Trabalho).

O novo regime de compensações por cessação de trabalho encontra-se inserto num preceito legal a aditar ao Código de Trabalho

(art.º 366-A) e traduz-se no seguinte:

a) Na substituição da actual compensação, consubstanciada no direito a 30 dias de retribuição base mais diuturnidades por cada ano de antiguidade, por apenas 20 dias, sendo uma parte paga pelo empregador e outra pelo fundo de compensação do trabalho, nos termos da legislação que procederá à respectiva criação;

b) Na criação de um limite máximo de indemnização equivalente a 12 meses de retribuição base mais diuturnidades, não podendo o valor total da indemnização ser superior a 240 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida;

c) Na eliminação da garantia de pagamento de um mínimo de 3 meses de retribuição base e diuturnidades;

d) Na eliminação da compensação por caducidade dos contratos de trabalho a termo actualmente prevista, que será substituída pelo regime ora proposto.

É indiscutível que este novo sistema de compensação representa um assinalável retrocesso na tutela dos direitos fundamentais dos trabalhadores, principalmente se tivermos em conta que as compensações em causa têm, teologicamente, como escopo material ocorrer à perda de ganho decorrente da cessação da relação jurídica de emprego e,

“

Das inúmeras acções judiciais interpostas a nível nacional ainda só foram dadas a conhecer 4 sentenças sendo que duas delas já reconheceram o direito reivindicado pelos docentes lesados.

no plano instrumental, garantir a aplicação do princípio da estabilidade e segurança no emprego previsto no art.º 53º da Constituição.

Sucedendo que, a medida legislativa enunciada não constituiu o único ataque dirigido ao direito a compensações por caducidade dos contratos de trabalho. De facto, o Ministério da Educação, antecipando-se àquela, conseguiu ser pioneiro nesta cruzada já que, mesmo sem que qualquer alteração no quadro legal respectivo, (art.º 252º do R.C.T.F.P. aprovado pela Lei nº59/2008, de 11 de Setembro) tem vindo a determinar, através de meras Circulares, restrições e mesmo a exclusão da aplicação deste direito, nos casos de ca-

daducidade dos contratos de trabalho a termo celebrados com o pessoal docente.

Perante tal ilegalidade, a FENPROF procedeu, não só à sua denúncia junto de entidades competentes, como o Provedor de Justiça, como também tem vindo a patrocinar judicialmente os docentes por aquela afectados, através dos serviços jurídicos dos Sindicatos que a integram, com vista a obter a tutela dos seus direitos e interesses legalmente protegidos. Os procedimentos judiciais em questão assumem a forma de acções administrativas especiais de impugnação dos actos administrativos que negam aos docentes o pagamento da compensação por

caducidade e correm os seus termos nos Tribunais Administrativos competentes. Das inúmeras acções judiciais interpostas a nível nacional ainda só foram dadas a conhecer 4 sentenças sendo que duas delas já reconheceram o direito reivindicado pelos docentes lesados.

Entretanto, a Provedoria da Justiça também já se veio pronunciar sobre a matéria em questão tendo concluído pela ilegalidade do entendimento assumido pela DGRHE, através da Circular nº 311075804B, de 8/6/2011 (que exclui a aplicação do art.º 252º, do R.C.T.F.P., por alegadamente os regimes especiais de contratação de docentes não admitirem

a figura da renovação contratual), com o fundamento de que a mesma “...faz uma interpretação do preceito legal que, ignorando o fim subjacente à sua consagração, subverte a intenção do legislador ao deixar sem tutela situações que este claramente quis acautelar...”

A inegável ilegalidade da situação aconselha que os docentes que se vejam privados do direito em causa, por decisão expressamente tomada pela Administração, devem procurar o acompanhamento jurídico necessário ao recurso atempado aos meios judiciais ao seu dispor dirigindo-se, para o efeito, aos serviços competentes dos respectivos sindicatos. ●



Ana Lúcia Águas

14 anos de serviço em contratos precários

Estou na luta porque sou Professora

JF – Na tua opinião, o que é ser professor/a neste país?

ALA – Ser professora e educadora em Portugal é uma provação e já nem falo dos magros e estagnados salários (ao contrário das comparações injustas e desajustadas que a comunicação social teima em fazer), nem tão pouco dos sacrifícios pessoais e familiares que vão da distância à privação de tempo. É uma provação porque parece ser cada vez mais um teste à nossa resistência.

Pelo 15º ano consecutivo, estou à espera de colocação e engrosso a lista dos mais de 30,000 profissionais qualificados que não conheceram as suas turmas na passada 5ª feira nem começaram ainda a preparar as suas aulas.

Investi tempo e dinheiro em formação, toda ela relacionada com o ensino das minhas disciplinas, adquirir a mais variada experiência com os mais diversos públicos e promovi

a sua partilha. Abracei todos os desafios que me foram propostos, contribuí para a educação e formação de crianças, jovens e adultos portugueses, muitos dos primeiros já a trabalhar, alguns deles meus colegas de profissão.

JF – Como vês o discurso aparentemente novo do novo ministro?

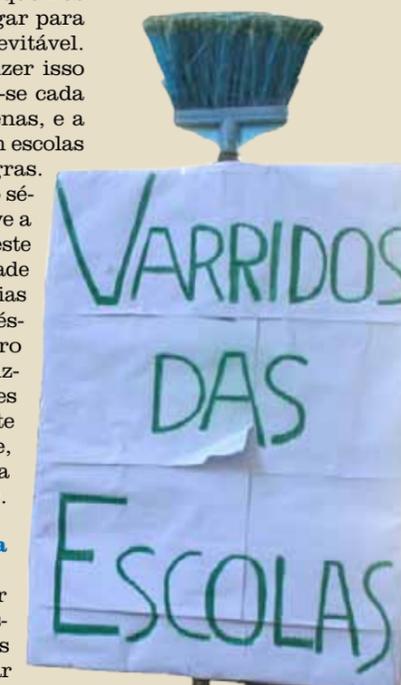
ALA – O Ministro dizia esta semana “é preciso apostar na qualificação dos portugueses” e eu pergunto com que objetivo? Todos os que estão à espera têm qualificações e alguns são já mesmo altamente qualificados, e o que nos disseram foi que não havia lugar para nós e que o desemprego era inevitável. É uma incoerência gritante dizer isso a quem tem vindo a qualificar-se cada vez mais, por vezes a duras penas, e a quem tem trabalhado sempre em escolas públicas e de acordo com as regras. Isto é uma desresponsabilização séria pelo futuro de quem promove a formação de futuros cidadãos deste país. Que mensagem de inutilidade do conhecimento e de competências lhes estaríamos a passar se tivéssemos a mesma postura dentro das nossas salas de aulas! Felizmente que não são os professores que contribuem para a galopante falta de qualidade no ensino e, assim, apesar do cansaço, ainda vão podendo dormir tranquilos.

JF – E então, não há nada a fazer?

ALA – Desde que comecei a dar aulas, nunca os atentados à profissão docente foram tão agressivos e pungentes. É tempo de desafiar todos os colegas que se encontram na minha situação, bem como todos aqueles que deixaram de ter garantias, a perguntar a si próprios se querem mesmo continuar

a ser professores. O que se está a passar é um teste à nossa resistência, ao nosso discernimento, à nossa vontade. Não aceitemos tudo com passividade, pois isso será um convite ao abatimento coletivo e só aí, então, seremos efetivamente uma classe unida.

Estou na luta porque sou professora, não renego a minha missão, quero ser professora e conheço o meu mérito. Quem reunir estas condições, só terá motivos para me acompanhar. ●





PAÍS REAL

Proposta Reivindicativa Comum para 2012

Defesa dos serviços públicos e dos seus trabalhadores é fundamental para evitar descalabro social

“Perante a crise económica resultante de um sistema de exploração que se baseia na apropriação individual do trabalho coletivo e com o argumento de que “todos temos de fazer sacrifícios”, o governo PSD/CDS quer agravar a exploração de quem trabalha e permitir o saque do país pelo grande capital. “

A que se deve o corte nos salários iniciado pelo anterior governo e que este prossegue?

Para pagar a voracidade e agiotagem dos mercados financeiros (leia-se, especulação do grande capital), o governo apresenta como solução, para fazer face aos seus compromissos com a banca, cortar cada vez mais nos salários e pensões – destaca-se o roubo de metade do valor do subsídio de Natal que vai para além do valor do salário mínimo – e reduzir direitos fundamentais como o direito à saúde, à educação, à habitação e a condições de vida dignas.

O que pode estar em causa em relação aos serviços públicos?

Sendo os serviços públicos um campo apetecível de negócio, com a sua privatização ou a entrega da sua gestão ao setor privado, o que se traduzirá, de imediato em custos incontroláveis para os trabalhadores, o governo tem em preparação a sua transferência de um sistema solidário e público para uma rede de “caridade privada, a que chama “Rede Nacional de Solidariedade – RENASO” – cfr. pg. 81 do Programa do XIX Governo.

E qual o instrumento para concretizar essa medida?

Para implementar tal política, o governo utiliza a redução da despesa pública para encerrar ou eliminar muitos serviços e organismos públicos, com brutais reflexos imediatos no emprego dos trabalhadores da administração pública e na prestação de serviços essenciais à população.

Estamos ou não perante uma ofensiva que ataca direta e cirurgicamente os trabalhadores da administração pública?

São os trabalhadores da administração pública os primeiros a sofrer os efeitos de outras medidas em curso: novo corte nos salários e agora, também, nas pensões, as anunciadas rescisões amigáveis, a alteração do regime de contratos de trabalho, com alargamento do período experimental e maior facilidade da administração na cessação dos contratos, redução dos direitos profissionais, desregulamentação e aumento de horários de trabalho, com pressões para impor violentos ritmos laborais e para levar à aceitação do não exercício dos direitos (designadamente sindicais) nos locais de trabalho e, obviamente, muito desemprego.

E a ADSE está mesmo em risco?

A descapitalização da ADSE, através da criação de um regime facultativo, coloca em risco, a breve prazo, a sustentabilidade do regime.

Apresentada como uma medida justa, mais não visa do que a morte lenta da ADSE, até à sua total extinção. A Frente Comum mantém a defesa deste regime de assistência como uma conquista inalienável dos

trabalhadores da Administração Pública. **Os governos enganaram os portugueses em matéria de salários?** Os diversos governos apregoaram que a nossa adesão à UE permitiria a aproximação aos salários e pensões médios dos países que a compõem. Não é isso que se tem verificado; assim, impõe-se uma clara e efetiva reivindicação de salários e pensões que inverta a degradação constatada nos últimos anos.

Mudanças que apostem em mais poder de compra e desenvolvimento económico:

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, sobre a situação atual, reafirma:

- Não aceitação da responsabilização dos trabalhadores pelos custos da crise, tanto mais que os verdadeiros responsáveis continuam a dela retirar proveitos, sujeitando o país à especulação que promovem para obter mais lucros e fazer disparar os juros da dívida externa portuguesa;

- As políticas que têm vindo a ser seguidas vão agravar a situação e somam crise à crise, agravando o risco de condução do país a um inadmissível retrocesso social e civilizacional;

- Só a melhoria das condições de vida dos trabalhadores (designadamente dos salários e pensões), a par de um investimento efetivo em setores-chave para a economia nacional, da defesa de serviços públicos de qualidade – nomeadamente no ensino, na saúde, na segurança social, na justiça, no ambiente – com o aumento geral das qualificações, permitirá o desenvolvimento do país e da qualidade de vida do povo;

- A venda da falsa imagem positiva da privatização ou da externalização de serviços tem vindo a destruir o setor público e o papel prestador do Estado na satisfação das neces-

sidades primárias dos portugueses – tudo em favor dos grandes grupos económico-financeiros.

Por isso, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública considera que só o Estado garante a prestação de serviços públicos de qualidade, não apenas como garantia do emprego com direitos, mas também como garantia da própria democracia económica e social.

A Frente Comum considera, ainda, que não haverá desenvolvimento económico do país sem investimento, designadamente no setor produtivo, e com a manutenção de uma política de cortes salariais, pelo que defende a elevação do nível de poder de compra dos trabalhadores e a atualização anual dos salários e pensões.

A Frente Comum relembra que a exigência de taxação de lucros, designadamente das organizações financeiras, das grandes empresas e grupos económicos, e de combate à fraude e evasão fiscais é urgente, e defende a criação de incentivos à conversão de lucros em investimento produtivo.

PRC 2012

Genericamente, a Frente Comum exige a revogação e substituição da legislação da Administração Pública, resultante da implementação do PRACE, no respeito pelos direitos adquiridos pelos trabalhadores e aposentados e pelas propostas que a Frente Comum tem apresentado, como via fundamental para combater estas políticas, que mais não têm feito do que agravar a situação na Administração Pública e no país.

I - Salários e Pensões

Defendemos que seja reposta justiça relativamente ao roubo feito nos salários, exigindo

ADSE

Este importante instrumento de apoio e segurança na doença para os trabalhadores do Estado é sistematicamente posto em causa, pelo que é fundamental que todos os trabalhadores o assumam como uma conquista e uma necessidade que não pode ser destruída. Daí que a Frente Comum defenda:

- A consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do vínculo contratual, a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários;

- A incidência dos descontos dos trabalhadores e aposentados/reformados para a ADSE sobre 12 meses e não sobre 14. ●



a reparação da injustiça, e um aumento salarial para 2012 correspondente ao valor da inflação verificada. Tendo em conta a necessidade de esta matéria ser tratada tomando por base princípios de justiça social, a Frente Comum defende que os salários mais baixos tenham, pelo menos um aumento de € 50,00 mensais.

Em matéria de remunerações defende-se que o valor do subsídio de refeição seja € 6,50 e que as restantes prestações pecuniárias sejam aumentadas de acordo com o valor da inflação.

II – Emprego

A defesa do vínculo público de nomeação, com os efeitos daí decorrentes, a todos trabalhadores da Administração Pública, designadamente, aos que exercem funções nas EPE com contrato individual de trabalho, é hoje uma reivindicação fundamental.

Mas, no plano imediato é urgente a resolução imediata das situações de precariedade, com a integração nos quadros de pessoal dos trabalhadores que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços ou organismos, independentemente da situação contratual em que se encontrem, nomeadamente na situação de trabalho à hora (como já acontece em muitos setores), e do montante da retribuição auferida.

No actual contexto, de recessão social, a estabilidade profissional é um dos aspetos fundamentais do caderno reivindicativo de todos os trabalhadores e, por essa razão, defende-se a reintrodução dos quadros de pessoal, em substituição dos mapas de pessoal, e atualização daqueles, tendo em conta as reais necessidades dos serviços, situação que, aliás, já não acontece na Educação, desde, pelo menos 2005.

Um outro aspeto muito importante, designadamente para o ensino superior é a realização de concursos que garantam o desenvolvimento profissional dos trabalhadores nas respetivas carreiras.

III - Horários

A Cimeira da Frente Comum, aprovou ainda a exigência de que seja dada consagração legal para todos os trabalhadores da AP dos regimes de horários de trabalho do DL 259/98, de 18/8, salvaguardando os regimes especiais previstos em legislação específica.

O ataque que tem sido desferido contra os professores em matéria de horários é uma das principais causas do mal-estar docente. Daí que se defenda:

a) Reposição do horário de trabalho noturno entre as 20 horas e as 7 horas do dia seguinte para todos os trabalhadores;

b) Respeito pelo conteúdo funcional dos trabalhadores e pelas diversas componentes do seu horário em função desse mesmo conteúdo funcional;

c) Recusa da gestão flexível, semanal, mensal ou anual do horário de trabalho, designadamente através da adaptabilidade e da criação anunciada de um “banco de horas” para satisfazer necessidades transitórias, como forma de obviar ao pagamento obrigatório de serviço extraordinário. ●

SIADAP, contagem integral do tempo de serviço, descontos para a CGA...

Outras matérias de grande impacto profissional

Porque são matérias de interesse relevante para todos os trabalhadores da administração pública, a Frente Comum estabelece ainda uma série de aspetos reivindicativos correspondentes a outros tantos objetivos para a acção comum de todos os trabalhadores do setor:

- Revisão do SIADAP, estabelecendo um sistema de avaliação de desempenho sem “quotas”, que tenha em conta o interesse público e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores e não promova a discriminação;

- Contagem integral do tempo de serviço retirado aos trabalhadores, quer para efeito de progressão na respetiva carreira, quer para efeito de reposicionamento salarial, admitindo-se que a mesma possa ser feita sujeita a um faseamento num período e em condições a negociar com as organizações sindicais;

- Incidência dos descontos para a CGA e a ADSE sobre a totalidade das remunerações e suplementos auferidos pelos trabalhadores da Administração Pública em situação de cedência, mobilidade ou qualquer outra legalmente prevista;

- Reconhecimento do apoio aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doença profissional, situação que tende a agravar-se com o aumento da idade para a aposentação, através da concessão de condições específicas no acesso à aposentação sem penalizações;

- Atribuição do crédito legal de horas para exercício da atividade sindical a todos os membros dos órgãos das associações sindicais, sem recurso a “tetos artificiais” e no respeito pelo princípio constitucionalmente consagrado da livre autonomia e independência de organização dos Sindicatos;

- Criação de condições para o desenvolvimento de serviços públicos de qualidade, que respeitem o princípio constitucional da proximidade das populações, designadamente nas áreas da Educação, da Saúde, da Água e do Ambiente, através da manutenção de uma rede de serviços que satisfaçam os mais elementares direitos dos cidadãos e da criação de um sistema que apoie a fixação de trabalhadores em zonas isoladas/desfavorecidas;

- Cumprimento efetivo do direito à formação profissional e contínua, incluindo a formação dos trabalhadores em Segurança e Saúde no Trabalho, designadamente através da alteração das condições de acesso ao financiamento, frequência e acesso gratuito à formação e do alargamento do crédito anual de horas para participação nas ações de formação;

- Dedução em sede de IRS de todas as despesas resultantes do exercício da atividade profissional, sejam as que resultam de frequência de ações de formação, sejam as que decorrem da aquisição de equipamento e material indispensável a essa atividade. ●

Urgente uma renovada centralidade a esta luta Horários de trabalho

VÍTOR GODINHO (Membro do CN da FENPROF)

As regras que regem, hoje, os horários dos/as professores/as e educadores/as, constituem um dos fatores que mais constrangimentos lhes colocam ao nível pessoal e profissional, para além das evidentes consequências que têm no alastrar da precariedade e desemprego docentes.

Mas esta matéria está longe de ter um interesse meramente corporativo, pois é a própria qualidade da escola pública que está em causa. São exemplos de algumas regras que urge alterar:

- O conceito de componente letiva que, de tão redutor que é, atira para a componente não letiva funções de natureza claramente letiva – caso dos apoios e das atividades de enriquecimento curricular;

- Inexistência de limites concretos quanto ao número de alunos, turmas e níveis que poderão ser distribuídos aos professores, situação recentemente agravada pelos “ajustes” curriculares levados a cabo já pela atual equipa do MEC;

- Nos 2º e 3º CEB e no Ensino Secun-

dário, as reduções da componente letiva previstas no art. 79º do ECD são atribuídas muito tardiamente e, ainda assim, para logo serem integralmente convertidas em horas de um penoso trabalho a nível de estabelecimento, negando o propósito da consagração legal deste direito – o de atenuar o desgaste produzido pelo exercício continuado da profissão docente;

- Insuficiência/inexistência de horas para o desempenho de diversos cargos de natureza pedagógica;

- Multiplicação de tarefas e funções atribuídas aos docentes, incluindo as inúmeras reuniões que delas decorrem, que retiram tempo e paciência aos professores, desviando-os da sua função essencial – a lecionação.

Como se uma má legislação não bastasse, a sua aplicação é ainda agravada pelo alastrar de múltiplas ilegalidades – a mais generalizada das quais, a utilização das horas destinadas a trabalho individual para a realização de reuniões que de ocasionais nada têm – a que os professores,

salvo poucas exceções, nunca souberam efetivamente reagir.

A FENPROF tem propostas para responder a estes problemas, tendo já demonstrado ao MEC vontade de as discutir, para o que este se revelou totalmente indisponível. Adivinha-se porquê: o Governo, entusiasticamente entregue à troika, apresentou um documento de estratégia orçamental – a pretexto de nos salvar de um inferno imaginado – que claramente aponta para um ainda maior agravamento dos horários dos professores!

É, pois, urgente, que os professores atribuam uma renovada centralidade à luta por horários de trabalho justos e pedagogicamente adequados, a qual, inevitavelmente, deverá ter como primeiro palco os locais de trabalho, reagindo às ilegalidades, contestando os abusos e aprovando posições de exigência de melhores condições de trabalho.

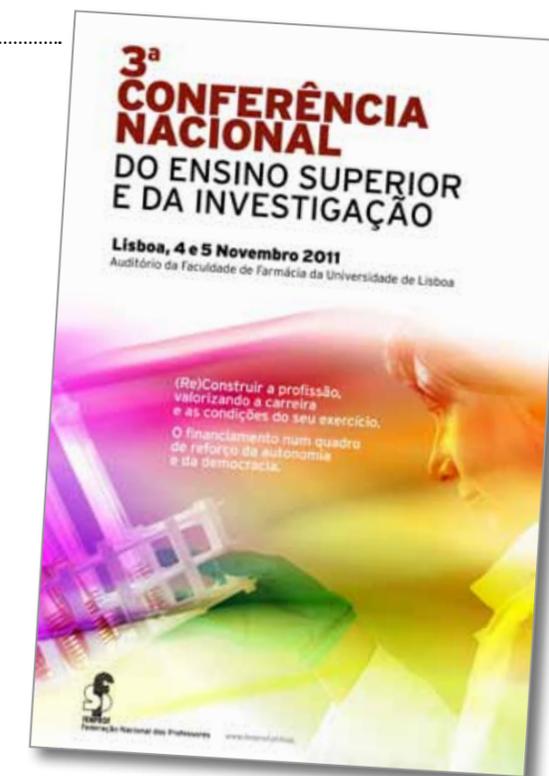
Só assim será possível evitar que se concretizem as mais funestas intenções do Governo/MEC em matéria de horários de trabalho e, com elas, nos instalem num inferno real. ●

ENSINO SUPERIOR

Aproxima-se a 3ª Conferência Nacional

No fecho desta edição do JF, aproximava-se a data limite (30 de Setembro) para entrega em cada Sindicato da FENPROF das candidaturas a delegado(a), correspondentes às respectivas regiões, à 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação, a realizar nos dias 4 e 5 de Novembro próximo (sexta-feira e sábado) no auditório da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. Ao partir para esta iniciativa, a FENPROF aponta a importância de um profundo debate sobre o sistema do ensino superior e da investigação, regime jurídico, financiamento, rede; a avaliação do desempenho dos docentes e dos investigadores; a situação das carreiras docentes e de investigação, dos salários e concursos; o desenvolvimento das orientações de Bolonha; e ainda os desafios que se colocam à intervenção sindical no sector. Os trabalhos da Conferência decorrerão em três sessões: a primeira no dia 4, entre as 14h00 e as 20h00; e a segunda e terceira no dia 5, entre as 9h30 e as 13h00 e as 14h30 e as 17h30, respectivamente.

Até 25 de Outubro serão divulgados os resultados das eleições dos delegados. Essa é também a data limite para a entrega na FENPROF ou nos seus Sindicatos, para divulgação, dos textos integrais das comunicações individuais aceites, como menciona o regulamento da iniciativa, cuja realização, recorde-se, foi aprovada no 10º Congresso da Federação. | JPO ●



Serviços Públicos na mira do Governo

14 de Outubro: Inciativa da CGTP-IN para combater política de destruição dos serviços públicos

O programa da Troika (BCE-FMI-UE) para Portugal estabelece, como condição para a manutenção do financiamento estrangeiro da dívida portuguesa, um processo “apurado” de privatizações. Trata-se, como é evidente, de mais um ataque à soberania de um país que estabelece, na sua lei máxima, que o Estado deve ter uma intervenção forte na prestação de serviços essenciais à vida e ao desenvolvimento do país e presença no sector produtivo, em áreas que são garantia, também elas, de soberania e independência económica.

Os mercados da saúde, educação, energia e telecomunicações, combustíveis, transportes, etc. são dos que são mais cobiçados pelos grandes grupos económicos nacionais e internacionais. Daí que seja perfeitamente normal que governos serventuários desses grandes interesses económicos e financeiros assentem a sua acção facilitando a liberalização desses serviços e externalizando as funções do Estado. No caso em apreço tratar-se-á de muito mais do que isso. É uma entrega sem escrúpulos de sectores muito importantes para o país e que constituem importantes bens do Povo que agora lhes poderão ser retirados.

A privatização de importantes sectores da energia, dos transportes e da água, acompanha a crescente transferência de responsabilidades para o sector privado, designadamente nas áreas sociais. Um processo já iniciado pelo anterior governo e agora aprofundado pelo actual na Educação, na Saúde e na Segurança Social.

Ora, a CGTP-IN entende ser este o momento chave de abrir uma grande discussão pública e um grande esclarecimento da população sobre os riscos que as políticas em curso lançam sobre estes importantes sectores e de como é fundamental aprofundar a intervenção, **de todos**, no plano da defesa dos serviços públicos. A defesa dos serviços públicos é a chave da garantia de que todos os portugueses, mesmo que em níveis de responsabilização individual diferentes no financiamento das funções sociais do Estado, podem continuar a contar com serviços essenciais a baixo custo e que fazem com que Portugal seja, nestes domínios, um país avançado. Conquista esta que o Povo obteve com a Revolução de Abril de 74, que importa defender e revigorar.

É este o principal motivo por que a CGTP-IN realizará uma iniciativa no Fórum Roma no dia 14 de Outubro, na qual funcionarão quatro secções (Educação, Saúde, Segurança Social e Poder Local), para a qual os Sindicatos da FENPROF farão um importante esforço de representação. Para aguçar o apetite divulgamos três mini entrevistas a Mário Nogueira e Maria do Carmo Tavares, ambos da Comissão Executiva da Central, e a Carlos Braga, do Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos. Na próxima edição contamos publicar um depoimento de Sérgio Esperança, da Federação Nacional dos Médicos. | **Luís Lobo** (Objector de consciência em relação ao Novo Acordo Ortográfico) ●

A defesa dos serviços públicos é um seguro de vida



MÁRIO NOGUEIRA
Secretário-Geral da FENPROF

JF – As medidas anunciadas para 2011-2015 são de que forma, gravosas para a generalidade dos professores?

Mário Nogueira (M.N.) – São muito gravosas. O documento sobre estratégia orçamental até 2015, que o governo divulgou já em setembro, aponta para a redução orçamental sobretudo à custa dos recursos humanos, sendo que os professores são quem, em maior número, sentirá essa redução. Professores contratados e professores dos quadros serão atingidos por esta brutalidade cega que é a perseguição movida ao emprego público, como se fosse pecado ou crime, ser trabalhador da Administração Pública. É-o, de facto, para os neoliberais e as suas políticas, sendo que os atuais governantes são subalternos desses centros de poder, daí a perigosidade da situação que vivemos.

É evidente que esta redução de docentes nas escolas provocará um sério revés na sua capacidade de organização e no seu funcionamento, bem como na qualidade do ensino. As medidas de que resultará a redução estão também previstas na estratégia orçamental: mais alunos por turma; mais encerramentos de escolas; mais mega-agrupamentos; menos formação e educação cívica, entre outras que já vigoram e têm vindo a dificultar a vida nas escolas, ao mesmo tempo que têm provocado desemprego e instabilidade crescente nos docentes.

JF – Em que é que aliviar o Estado na Educação, com a transferência de importantes segmentos do sistema para o privado é vantajoso para os portugueses?

M.N. – Não é vantajoso. Não é vantajoso nos custos para as famílias; não é vantajoso para a organização democrática do Estado; não é vantajoso no que concerne ao respeito pelos

preceitos constitucionais da República; não é vantajoso para ninguém, a não ser para os promotores privados que olham para a Educação como um mercado onde poderão arrecadar muito lucro, considerando-a um produto que, como qualquer outro, faz depender a qualidade do preço que tem.

Quem puder, compra e consegue acesso ao melhor; quem não puder limita-se a sobreviver... ir por esse caminho seria dramático para os portugueses, um dos países europeus em que as desigualdades são maiores e a injustiça social mais acentuada. Com esta direita no poder, este é um grande risco que se corre, caso decidíssemos ficar de braços cruzados a ver o que acontece. ●



MARIA DO CARMO TAVARES
Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN

JF – De que forma está posta em causa a sustentabilidade da segurança social com as medidas anunciadas pelo Governo?

Maria do Carmo Tavares (M.C.T.) – A sustentabilidade do subsistema previdencial, ou seja, do que substitui os rendimentos do trabalho em caso de risco social ou de passagem à reforma, depende, essencialmente, das contribuições dos trabalhadores e da entidade patronal (TSU). Na medida em que o desemprego cresce e os salários não são aumentados e vão desvalorizando, dado o elevado número de trabalhadores precários, as receitas deste regime têm tendência a estabilizar ou a decrescer, mas, no entanto, as despesas mantêm o seu crescimento, dado o aumento de trabalhadores com subsídio de desemprego e de reformados por velhice, muitos oriundos duma situação de desemprego e que são reformados antecipadamente.

A recessão é também inimiga da Segurança Social, é premente, como refere a CGTP-IN, o crescimento da economia, a criação de emprego e o aumento dos salários para a boa saúde do País e da Segurança Social.

O Governo do PSD-CDS, a juntar à situação já referenciada prometeu baixar a taxa social única da parte patronal, que actualmente é de 23,75% sobre a remuneração do trabalhador. O FMI vai ao ponto de propor uma redução de 8% a esse valor, o que era um “assassinato” ao nosso regime.

Cada 1% de redução desta contribuição representa 406 milhões de euros.

O Governo refere que tem que haver neutralidade fiscal, pois bem, a redução das receitas resultantes das contribuições seriam compensadas por impostos, o que vai obrigar a um aumento da carga fiscal. O resultado é que os patrões meteriam mais uns dinheiros ao bolso em nome duma pseudo competitividade e os trabalhadores e a população iriam ver a sua carga fiscal aumentar. E o IVA, segundo o Governo, seria o imposto mais apropriado, que é como sabemos, regressivo e atingiria duma forma brutal os mais desfavorecidos.

Para a CGTP-IN é intolerável o que se pretende fazer, porque se traduziria num aumento de impostos para os que já pagam muito, mais porque a dependência do subsistema previdencial desses mesmos impostos o tornava mais vulnerável.

JF – Quais são as consequências para a população em geral e para os trabalhadores em particular?

M.C.T. – As consequências neste quadro seriam muitas. Os direitos às prestações resultantes das nossas contribuições ficariam muito mais fragilizados. Amanhã, se as receitas fiscais não crescerem, ou tivessem que ser desviadas para outros fins, seriam as pensões, o subsídio de desemprego ou doença, etc., a serem martirizados.

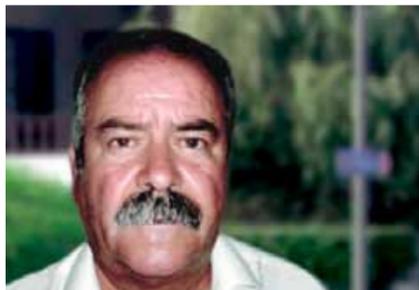
A população em geral já sentiu na pele esta situação, dado que o subsistema de solidariedade e familiar é na essência financiado por impostos. Os PEC's deitaram abaixo o princípio de universalidade para o substituir por a via assistencialista. As novas regras de capitação, agregado familiar e de rendimentos para ter acesso à ação social escolar, abono de família, subsídio social de desemprego, assim como todas as prestações e apoios sociais deste âmbito, só permite que os mais dos pobres, duma população empobrecida, tenham acesso aos mesmos. Centenas de milhares de pessoas deixaram de ter prestações sociais.

É o Estado Social construído por gerações que está em causa e a sua universalidade. Por essa razão, todos temos que nos unir para dar um sério combate a estas políticas e exigir outro rumo para o País, justo e solidário. ●

Tribuna Pública contra as Privatizações

“Prosseguir e intensificar a luta contra o programa de agressão aos trabalhadores, ao povo e ao país, esclarecendo e mobilizando contra o processo de privatizações e os impactos negativos que têm para as suas condições de vida e de trabalho e o desenvolvimento económico do país” – esta foi uma das decisões tomadas na recente Tribuna Pública contra as Privatizações, realizada na Baixa de Lisboa. Os participantes naquela iniciativa da CGTP-IN, Coordenadora das CT's e Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos chamaram também a atenção para a necessidade de “dinamizar, a partir das empresas e em articulação com as populações e as autarquias nas diversas regiões, iniciativas que visem a defesa das empresas do sector empresarial do Estado (SEE), a melhoria dos serviços públicos e o respeito pelos direitos dos trabalhadores que os prestam”. Foi ainda decidido entregar à Presidente da A.R. e a todos os Grupos Parlamentares a petição sobre as privatizações no SEE e o ataque à Administração Pública e exigir a paragem imediata do processo de privatizações, reclamando o reforço da intervenção do Estado nas empresas e sectores estratégicos para o desenvolvimento económico e social do país. | **JPO** ●





CARLOS BRAGA
Movimento dos Utentes
dos Serviços Públicos

JF – As autarquias não são um sorvedouro de dinheiro do Estado, muitas vezes mal utilizado?

Carlos Braga – As autarquias são fruto de uma das mais importantes e belas conquistas da Revolução do 25 de Abril de 1974, o Poder Local Democrático.

As Autarquias Locais assumem-se como estruturas públicas de grande interesse e importância para a resolução de muitos e graves problemas que ainda hoje condicionam a qualidade de vida das respectivas populações.

As autarquias são o poder que mais próximo funciona das pessoas e é elas que estas recorrem em primeiro lugar para apresentarem as suas reivindicações ou protestos sobre qualquer tipo de problema sendo ou não competência das autarquias.

É opinião reconhecida que o Poder Local faz com muito menos meios financeiros, humanos e técnicos mais obra que o Poder Central.

Pelo que refiro sou de opinião que o Poder Local não é sorvedouro de dinheiro do Estado, defendendo sim que o Estado deve transferir mais meios financeiros para as Autarquias Locais para que as mesmas respondam ainda melhor às necessidades das respectivas populações.

JF – É ou não necessário fazer uma reforma que passe pela fusão de municípios e freguesias?

C.B. – Admito que seja feita uma discussão séria sobre a possibilidade de ser concretizada uma reorganização ou reestruturação administrativa, que possa conduzir à fusão ou agrupamento de Freguesias ou Municípios desde que sejam envolvidas as populações e as Autarquias, para garantir a defesa dos seus direitos culturais, territoriais, de mobilidade e de participação cívica e democrática.

Não aceito nem concordo com o tipo de reorganização ou reestruturação que o Governo, os partidos que o suportam e o Partido Socialista (PS) pretendem concretizar através de uma qualquer lei trabalhada para atingir determinados objectivos políticos, que no essencial visam pôr em causa ou suprimem os direitos referidos. ●

CAMPANHA NACIONAL Água é de Todos

O acesso à água é um direito fundamental e tem de ser assegurado a todas as pessoas independentemente da sua condição económica, social, cultural ou da região em que habitam

As Nações Unidas declararam o direito à água como um direito da humanidade quando reconhecem que a água é essencial à vida e à saúde. Enquanto dever de cidadania compete a todos zelar para que os recursos hídricos não fiquem à mercê da iniciativa privada ou à especulação. Em 2008, a FENPROF integrou a Comissão Promotora da Campanha “Água é de Todos, não é um negócio de alguns”. Face à ofensiva da privatização do grupo público Águas de Portugal, a Federação integra nova comissão para (re)lançamento de uma Campanha em defesa da água pública, da sua propriedade e gestão públicas, subscrivendo uma declaração que pode ser consultada em www.aguadetodos.com (endereço com mais informação e materiais).

As entidades subscritoras:

- Reafirmam a defesa dos princípios e objectivos da Campanha “Água é de todos”, a Declaração “Pelo direito à água e por uma gestão pública de qualidade”, subscrita por várias dezenas de organizações portuguesas e por mais de 40 mil cidadãos que apoiaram o abaixo-assinado (www.aguadetodos.com).

- Promovem conjuntamente o relançamento, alargamento e intensificação da Campanha “Água é de todos”. Anunciam a realização de um Encontro Nacional em Outubro, convidando, desde já, à participação, todas as organizações e pessoas que se identificam com a Declaração da Campanha.

- Convidam as entidades e organizações disponíveis para realizar acções de divulgação, sensibilização e mobilização durante os meses de Agosto e Setembro a contactarem a sede da Campanha, que dispõe já de alguns materiais para empréstimo e exibição.

- Apela a todos os cidadãos, organizações, movimentos e instituições para que se mobilizem em defesa do direito à água, contra a sua mercantilização e privatização, porque a água é de todos e deve ser para todos.

As organizações:

Associação Água Pública

CPPC – Conselho Português para a Paz e Cooperação

CGTP/IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CPCRRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto;

FENPROF – Federação Nacional dos Professores

FNSFP – Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública

MUSP – Movimento de Utentes dos Serviços Públicos

STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

USL/CGTP – União Sindicatos Lisboa



Contrato Coletivo de Trabalho Ensino Particular e Cooperativo

GRAÇA SOUSA (Membro do CN da FENPROF)

O novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do Ensino Particular e Cooperativo celebrado entre a AEEP – Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo e a FENPROF – Federação Nacional dos Professores – e outros, com alteração salarial e outras e texto consolidado foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego nº 30,15/08/2011.

Este CCT tem o seu início de vigência cinco dias após a sua publicação no Boletim de Trabalho e Emprego e vigorará por um prazo mínimo de dois anos, com exceção das tabelas salariais e cláusulas de expressão pecuniária, que terão uma vigência mínima de um ano e serão revistas anualmente, produzindo efeitos a 1 de setembro.

O CCT regula os contratos de trabalho entre os Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e os trabalhadores ao seu serviço e nele está consagrado um conjunto de normas que regulamentam os nossos direitos e os nossos deveres no exercício desta atividade profissional. Só no que respeita às matérias não constantes do CCT é que se aplicam as normas do Código de Trabalho.

É importante relembrar que este processo negocial começou com a apresentação de propostas muito gravosas por parte da AEEP, nomeadamente o aumento da duração da carreira para 40 anos e a introdução de dois constrangimentos de modo a impedir que a maioria dos docentes chegasse ao topo da carreira.

No entanto, perante um contexto social e económico extremamente complexo e a situação muito difícil que os docentes deste setor têm vindo a viver, foi possível chegar a um Acordo em que os professores saem a ganhar, pela pressão e ação constante da FENPROF que nunca desistiu da defesa dos direitos dos docentes do Ensino Particular



e Cooperativo. Para tal contribuiu a determinação com que a FENPROF se envolveu na negociação, apresentando propostas e nunca abdicando do essencial.

Importa, então, salientar o que a FENPROF conseguiu nesta negociação:

- A nova carreira entra em vigor a 1 de setembro de 2011, e tem um período transitório a decorrer entre 2011 e 2013, até perfazer 34 anos para atingir o topo;

- São anulados, com efeitos a 1 de setembro de 2011, os níveis de ingresso (11, 10 e 9) sendo substituídos por um único nível (9) a que corresponde o valor de 1.104€;

- A carreira tem um condicionamento na passagem do nível 3 para o nível 2 das categorias A, B, D e E, sendo obrigatória a progressão dos docentes até que se encontre preenchida uma percentagem de 20% calculada sobre a totalidade dos docentes;

- Os docentes que estejam posicionados no nível 3, no ano letivo 2010/2011, não são abrangidos pelo condicionamento anteriormente referido;

- No período transitório de 1 de setembro de 2011 a 1 de setembro de 2013 têm direito à progressão ao nível seguinte pela estrutura atualmente em vigor, os docentes que perfaçam 7 anos sem registo de progressão na carreira;

- Na organização do horário letivo semanal dos docentes dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário em blocos letivos de noventa minutos é eliminada a designada

terceira coluna, que se referia a tempos letivos para outras atividades não letivas; (quadro referente ao nº 6 do artº 14º);

- A avaliação de desempenho realiza-se no final de cada nível salarial e reporta-se ao tempo de serviço nele prestado;

- O desenvolvimento do processo de avaliação e a classificação final são da responsabilidade de uma comissão de avaliação constituída por três elementos;

- Integram a comissão de avaliação o Diretor Pedagógico ou a pessoa em quem este delegou a competência, o Coordenador da área disciplinar do avaliado ou, no caso de docentes do 1º Ciclo ou Pré-Escolar o Coordenador de Ciclo e um docente indicado pelo Conselho Pedagógico ou equivalente ou, na sua falta, pelo conjunto dos docentes;

- Assistência pela comissão de avaliação a aulas, num máximo equivalente a duas observações por ano letivo da duração de cada nível;

- O período em avaliação que tenha sido avaliado como Bom releva para progressão na carreira;

- No nível de ingresso na carreira releva para progressão na carreira o tempo de serviço cujo desempenho seja avaliado no mínimo como suficiente.

Caso algum docente seja prejudicado pela aplicação do novo CCT, deverá de imediato contactar o respetivo Sindicato.

Só o empenhamento de todos obriga ao cumprimento do CCT e à Defesa dos nossos Direitos. ●

Contratação colectiva Encontro promovido pela CGTP-IN

ANABELA SOTAIA (Membro do SN da FENPROF)

Realizou-se no passado dia 15 de Setembro um Encontro sobre Contratação Colectiva organizado pela CGTP, onde foram abordados aspectos da evolução da contratação colectiva nos últimos 10 anos e apresentados muitos testemunhos acerca da sua importância para a plena concretização dos princípios e valores democráticos.

A negociação colectiva, consagrada na CRP, constitui a forma por excelência de expressão da autonomia dos parceiros sociais (neste caso, trabalhadores e empregadores) e a mais importante via pela qual estabelecem conjuntamente regras que condicionam as relações de trabalho. Este diálogo social, apesar das diferenças e dos interesses divergentes, tem procurado encontrar, em cada momento, a melhor solução para os trabalhadores, os empregadores e para o país. É, por isso, um instrumento fundamental de regulamentação das relações de trabalho e de regulação económica e social.

Foi através da luta reivindicativa, a partir dos locais de trabalho, nas empresas e sectores, que se conquistaram direitos que hoje existem, por vezes em condições muito difíceis, antes e após o 25 de Abril de 1974 e que se encontram traduzidos nas convenções colectivas, constituindo um património valioso que tem de ser preservado.

Entretanto, desde quase há uma década, os sucessivos governos do PS, PSD e CDS, sozinhos ou coligados e grande parte do patronato têm pretendido substituir a contratação colectiva pela imposição unilateral de mecanismos de regulação das relações laborais, algo que as sucessivas alterações à legislação laboral têm facilitado, nomeadamente utilizando o mecanismo da caducidade dos contratos como instrumento de chantagem para alcançar este e outros objectivos.

Neste contexto, de defesa da contratação colectiva, o grande desafio que se coloca hoje a todo o movimento sindical é como manter a firmeza nos princípios e intensificar a luta reivindicativa nos locais de trabalho para evitar o retorno a relações laborais onde o trabalhador volte a estar sozinho perante o patrão e onde este possa impor as suas regras de forma unilateral, isto é, o retrocesso nas relações de trabalho com o aumento desenfreado da exploração. ●

GESTÃO DAS ESCOLAS

A vida e a carreira dos professores...

FRANCISCO ALMEIDA (Membro do SN da FENPROF)

A FENPROF sempre defendeu que a direcção e a gestão das escolas devem assentar em quatro princípios essenciais: eleição de todos os órgãos e responsáveis pelas diversas estruturas, participação adequada dos diversos intervenientes da escola e da comunidade, colegialidade dos órgãos [nestes três falamos da democracia no espaço escolar], separação e complementaridade da direcção e gestão.

Estes princípios têm, do nosso ponto de vista, uma importância central no que respeita à forma como devem conceber-se e estruturar-se os diversos órgãos das escolas e agrupamentos. Mas, aqueles princípios assumem também enorme importância na forma como se desenvolve a atividade e a carreira docente. Vejamos

O que é central na avaliação do desempenho está dependente de um director que não é eleito pelo voto daqueles que vivem o quotidiano das escolas (professores, alunos, trabalhadores não docentes e pais), de coordenadores de departamento nomeados pelo director e de um conselho pedagógico composto também por nomeação do director – aliás, esta foi uma das razões que levou a FENPROF a não subscrever, com o actual Governo, o acordo sobre o novo modelo de avaliação.

No domínio do emprego [ou da falta dele] e dos concursos, e no que às escolas diz respeito, está tudo centrado

no director – renovação de contratos, decisões sobre quais os docentes com horário zero e que, portanto, têm que concorrer a destacamento por ausência de componente lectiva. A própria distribuição do serviço docente (que nalguns casos está associada a deslocações mais ou menos longas) é decidida pelo director.

Toda a vida e actividade da escola estão centradas num órgão unipessoal não eleito democraticamente – o director – e em quem ele nomeia para todas as estruturas de comando apesar do discurso fabricado sobre a autonomia [aliás, sempre que o centralismo se acentua, desenvolve-se e alarga-se o papaguear governamental sobre a autonomia].

Deste sintético enumerar de questões decorre que a temática da direcção e gestão das escolas têm um alcance bem maior do que aquele que muitos professores e educadores lhe atribuem. Em causa não está apenas a morfologia do modelo de gestão – ainda que essa não seja pouco importante. A vida, a actividade profissional e a carreira dos professores está intimamente ligada à democracia [ou à falta dela] da direcção e gestão das escolas. E, seguramente, esta será uma das questões centrais da acção sindical nos tempos próximos. ●



Muitos directores exercem o poder com autoritarismo e usam-no discricionariamente para excluir, alterar, impor...

Resposta aos problemas que clamam por resposta Urgente a prática, a acção, o fazer

NÉLIO DE SOUSA (Dirigente do SPM)

Escola e realidade interagem. Abordamos os contextos que expõem a Educação aos riscos de algumas políticas. Compreendendo essa realidade, importa ter alternativas que funcionem e proporcionem respostas, verdadeiras e práticas, aos problemas concretos do sector educativo. Revalorizem-se os espaços colectivos e criem-se outros para ampliar a reflexão e a acção.

A conjuntura actual de crise internacional e de resgate financeiro do País, pela mão do Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu, favorece determinado tipo de políticas.

Há uma redefinição do papel do Estado-Nação, que enfraquece ao perder capacidade e autonomia na definição das políticas, até pelas menores disponibilidades financeiras, gerando a crise do Estado Social.

Daí ser importante promover um espaço criativo de possibilidade e de alternativa, para o senso comum – com os seus acertos e desacertos – não ser convencido do suposto mérito das opções economicistas, que são passíveis de permitir abusos e efeitos que subvertam princípios basilares e transversais da escola pública portuguesa.

Riscos de algumas políticas actuais
É neste contexto que surgem uma série de políticas educativas conotadas com as agendas neoliberal e conservadora, sem esquecer o contexto actual da escola, explanado mais adiante neste artigo.

A aplicação concreta de determinados valores e políticas no nosso País é muitas vezes híbrida, mitigada ou até, em alguns

casos, em contraciclo face à agenda dominante no contexto internacional, com especificidades próprias. Por exemplo, no actual quadro socioeconómico, o ensino privado perdeu, conjuntamente, alunos para a escola pública, quando a tendência tinha vindo a ser a inversa.

Alertamos para vários riscos de certas políticas: desvalorização da pedagogia (professor reduzido a instrutor e burocrata); parcelas do saber ignoradas pelos relatórios da OCDE; segregação social se a escola se centra demasiado nos resultados académicos e em mecanismos de selecção como exames e rankings, sem investir em meios de superação das desvantagens de partida de muitos estudantes de meios desfavorecidos; ver a escola como uma empresa (busca do lucro e ao serviço da economia e não do desenvolvimento humano antes de tudo); maior privatização do ensino (livre escolha e *cheque-ensino*); e autonomia das escolas para desregular o mercado de trabalho docente (precarizar e baixar salários) ou como controlo remoto do Estado (recentralização).

Reflexão precisa mais da acção

Para os argumentos economicistas e conservadores não colherem apoio, é necessário





Alguns pensadores defendem que a escola portuguesa se recentre na aprendizagem (não no conceito liceal ou elitista), como prioridade, para não se acentuar o sistema educativo dual ou escola a duas velocidades

avançar com possibilidades e alternativas que funcionem e proporcionem respostas, verdadeiras e práticas, aos problemas concretos da Educação e correspondam às altas expectativas de todos os estudantes. Para não ser apenas quem governa no actual momento a ter respostas.

Precisamos de ir além da teorização e dos diagnósticos reiterados, como se, em cada nova abordagem, se falasse pela primeira vez dos mesmos problemas de sempre, e dar passos concretos para materializar, através de medidas práticas, o largo consenso que existe em Portugal relativamente a mudanças de precisam se feitas.

Vivemos “tempos em que a reflexão precisa mais da acção”, alertou Caride Gómez no X Congresso dos Professores da Madeira, em Maio deste ano, para nos dizer que a atenção deve ser focada na acção e não apenas em utopias e teorias sonhadas por alguns teóricos da Educação. Cuidado com a retórica romântica e idealista de certos autores e correntes.

É urgente a prática, a acção, o fazer, sem menosprezar as metas a longo prazo e, inclusive, as utopias, desde que não mudem constantemente no curto prazo, nem adiem ou impeçam a tomada de decisões no presente. Não podemos esquecer de dar resposta aos problemas que clamam por resposta imediata, aqui e agora, por parte de professores, estudantes e sociedade em geral. A realidade e a acção não podem ser perdidas de vista. Respostas reais para problemas reais.

Proactividade anula inevitabilidades

As regras impostas pela ordem económica mundial não têm de ser aceites como inevitáveis, como o único caminho possível, que exclui os que não são competitivos, em que os estados com estruturas mais pesadas e de maior pendor de serviço público (e despesa pública) ficam fortemente condicionados.

Não podemos ficar remetidos ou confinados a um papel de conservação de direitos e liberdades adquiridas, nomeadamente a preservação do Estado Social, proporcionador de bem-estar e segurança, secundarizado e marginalizado face à situação de crise financeira e de globalização económica.

Por que razão não haveremos de conseguir fazer outra coisa, propor outros caminhos, outras possibilidades e alternativas, definindo prioridades e objectivos concretos?

Como ganhar a adesão da sociedade civil aos valores progressistas? À escola de acesso e sucesso para todos? Como libertar-se do libelo de irrealismo, teoria e retórica? Como imprimir a mudança social, sem ser através dos instrumentos políticos de sempre: o Estado e o Mercado?

Como reforçar e revalorizar os professores, os seus saberes e campos de actuação? Como renovar, no século XXI, a escola pública, pólo num conjunto de redes e de instituições participantes na educação e formação dos jovens? Que práticas concretas de intervenção e comunicação com a sociedade? Como nos organizarmos melhor e melhorar os resultados?

Espaço dos professores

A localização privilegiada que os professores têm em relação à escola e às comunidades educativas deve ser utilizada. A escola é um espaço importante de encontro, relação, socialização e cidadania.

É necessário revalorizar os espaços colectivos existentes e criar outros para ampliação da reflexão e para reforço e (re)definição da identidade da classe docente. Os sindicatos (com pequenos projectos de estudo e reflexão) e as ciências da educação (com estudos aprofundados sobre os fenómenos educativos) têm um papel importante de parceria crítica e de produção de saber e de intervenção, como referiu Rui Trindade ao jornal PROF (#88), publicação do Sindicato dos Professores da Madeira.

O profissionalismo de resistência e emancipatório faz-se com informação, espírito crítico e entendimento da Educação enquadrada e conectada com o mundo e a realidade.

Nesses espaços colectivos, que são também de resistência e emancipação, é possível recolocar o valor da solidariedade colectiva; revalorizar a educação, a pedagogia e o papel/ autonomia do professor; revitalizar e reconfigurar a profissão docente num tempo que é novo, de conteúdos novos e que anuncia uma nova cultura profissional; valorizar a escola pública, democrática e para todos, comprometida com a justiça social.

Como chegámos aqui

A realidade da escassez de recursos para os serviços do Estado aliada às acusações feitas à escola pública e aos seus profissionais de degradação dos padrões educativos, há uns anos a esta parte, convenceu largos sectores da sociedade portuguesa da opção por certas políticas.

Mais de três décadas após a formidável democratização do acesso ao ensino em Portugal e aplicação do conceito de educação integral, a inclusão não poderia ter continuado a fazer-se, muitas vezes, à custa do chamado “nivelamento por baixo” em termos de conhecimento académico e da degradação das condições de trabalho dos professores na sala de aula sob a ditadura da indisciplina. Colou-se à escola as ideias de facilitismo, complacência e laxismo. A conhecida Escola da Ponte não precisou ceder ao “nivelar por baixo” e à indisciplina para ser uma escola pública, democrática e inclusiva.

Mais do que trabalhar resultados para fins estatísticos (vender ilusões), importa assegurar os conhecimentos e competências culturais e sociais aos portugueses, que nos permita manter e elevar os nossos padrões de desenvolvimento humano nas suas múltiplas vertentes – não apenas ao nível económico.

Como o salto qualitativo no sistema de ensino tardou, numa escola transbordante e de reparação da sociedade, que assumiu uma série de missões sociais que não eram suas e secundarizaram a aprendizagem, criou-se

um terreno fértil para outras opções políticas para a escola. Ainda por cima apresentando-se com uma aura de salvação.

Papel da aprendizagem

Como se não bastassem os factores de erosão externa do papel da docência e da escola pública, os docentes, no turbilhão das mudanças em seu redor, contribuíram também para o seu apagamento. Na medida em que, reconhecemos, embarcamos em teorias ilusórias, muito interessantes do ponto de vista intelectual, ideológico e na construção de sonhos, que contribuíram para uma cultura escolar que esqueceu valores e métodos básicos e estruturais de qualquer escola, em qualquer tempo.

Como foi possível a ideia e a prática de que o processo de ensino e aprendizagem dispensaria uma atitude favorável, trabalho, disciplina, esforço e até sacrifício pessoal por parte do estudante?

A pedagogia foi apresentada como uma panaceia: faria aprender mesmo quem não quisesse aprender e no meio da indisciplina generalizada; mudaria o Homem e o Mundo a partir da sala de aula, independentemente de todos os contextos e condicionantes.

Ignoraram-se limites em Educação, como os limites da pedagogia e do professor.

Daí que alguns pensadores, como António Nóvoa, defendam que a escola portuguesa se recentre na aprendizagem, como prioridade, para não se acentuar o sistema educativo dual ou escola a duas velocidades: a escola que se centra no acolhimento social (pública) para uns e a escola centrada na aprendizagem e no conhecimento (privada) para outros. Uma dualidade que é reflexo da realidade social, que determina muito a escola.

Esse conceito de aprendizagem não tem nada a ver com o conceito elitista e liceal da escola. É abrangente, não se resume à instrução, convocando, além dos conhecimentos, a inteligência emocional, a consciência, o método, o estudo, a organização do trabalho, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. Valorizando mais a arte, a ciência e a cultura, elementos centrais da chamada sociedade do conhecimento.

Evitar a exclusão

A escola e realidade interagem e não se podem ignorar uma à outra. Aquela tem de ser inclusiva também na preparação que deve fazer para as pessoas integrarem a vida activa.

Sem um conhecimento bem estruturado, alicerces para a educação integral, a cidadania e a vida activa, o resultado é a exclusão.

O cidadão precisa de condições, instrumentos de conhecimento e cultura para exercer a cidadania – emancipação, libertação, mobilidade social. Não por força da qualquer retórica em redor da cidadania e da participação. A aprendizagem é a primeira condição da cidadania – consciência crítica não se constrói sobre um vazio – e também da inclusão e da igualdade de oportunidades.

As circunstâncias, por vezes dramáticas, da vida de cada um não podem constituir alibi para uma atitude negativa perante o trabalho ou o negligenciar da aprendizagem, para a indisciplina ou irresponsabilidade (desresponsabilização), isto é, que não sejam desculpa para tornar inútil o tempo na escola, o seu e o dos outros.

Caso contrário, não se mitigam as desvantagens socioeconómicas e culturais com que muitos estudantes chegam à escola e não se garante a igualdade de oportunidades. O apoio da acção social escolar e o apoio pedagógico acrescido não chegam por si só. É preciso cada um fazer a sua parte. O sucesso em Educação resulta de um somatório de esforços e condições. ●

Em cada mês mais paixão

Pomos o coração nas nossas publicações, apoiando e incentivando a tarefa docente para, assim, contribuirmos para a formação de crianças e jovens.

2011 EDITORA EDIBA EUROPA/EON www.ediba.com

À venda, em todos os quiosques. Reserve-as já!

PORTUGAL

Salários dos professores desvalorizaram-se cerca de 10%

A ideia que se pretende passar, de que os salários dos professores portugueses se valorizaram na última década, é uma verdadeira vigarice!

Na verdade, depois de 1998, os salários dos docentes têm vindo a desvalorizar-se de forma muito acentuada, devido a:

- Sucessivos congelamentos das progressões;
- Roubo de anos de tempo de serviço efetivamente prestado;
- Aumento da duração da permanência em cada escalão;
- Redução efetiva do salário;
- Aumento dos impostos e dos descontos sociais;
- Níveis de inflação nunca compensados por sucessivos "aumentos-zero", sabendo-se

que a sua variação média anual, na década, foi de 2,5%.

Poderia parecer que o salário tinha aumentado com a criação de um novo escalão de topo da carreira, mas nem isso aconteceu, pois os professores foram impedidos de o integrar, não havendo um único que nele se encontre.

Acresce ainda esclarecer que os salários dos docentes não podem ser comparados entre países pela sua relação com o PIB de cada país, uma vez que, por exemplo, enquanto a variação média anual do PIB na União Europeia foi de 1,3, em Portugal situou-se em 0,9. Mas se tivermos em conta o PIB per capita em paridades de poder de compra, pode afirmar-se que hoje o salário dos docentes é inferior ao da segunda metade da década de 80.

Percebem-se as razões por que o governo anterior terá fornecido à OCDE dados truncados e incorretos: dar a ideia de que os professores portugueses ganham muito para, de seguida, desvalorizar ainda mais

os seus salários! Em nome da verdade, a FENPROF dirigiu-se aos peritos da OCDE que trabalharam estes dados, dando-lhes a conhecer a realidade.

Aos professores e educadores, pede-se a melhor atenção neste momento, pois a divulgação de dados deste tipo, que não são verdadeiros, têm sido sempre utilizados para atacar mais os seus salários. Pode ser isso que está, mais uma vez, em preparação, tanto mais que o governo já anunciou pretender rever o seu estatuto de carreira. ●



NO ALVO



Acção social escolar

Governo não respeita lei aprovada na AR

Foi publicado, no dia 19 de Setembro, o Despacho nº 12284/2011, do Ministério de Educação, que aprova as medidas de ação social escolar para o ano letivo de 2011-2012.

Como sublinha uma recente nota de imprensa da CGTP-IN, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 70/2010, de 16 de Junho, que estabeleceu novas regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição de prestações e outros apoios sociais, os apoios da ação social escolar ficaram também sujeitos a estas regras, o que determinou que muitas famílias perdessem este benefício, colocando em risco, por esta via, a igualdade de oportunidades no acesso à educação.

Reconhecendo este facto, a Assembleia da República aprovou a Lei 15/2011, de 3 de Maio, que retira expressamente do âmbito da aplicação das regras de determinação da condição de recursos definidas no DL 70/2010, de 16 de Junho, os apoios no âmbito da ação social escolar e da ação social

no ensino superior público e não público (revogação da alínea a) do nº2 do artigo 1º do DL 70/2010). Ao mesmo tempo, a mesma Lei 15/2011 determina que o Governo deve aprovar legislação de regule as condições de recurso respeitante aos apoios da ação social escolar para o ano 2011-2012, obviamente tendo em conta a nova disposição.

Ora o despacho ora publicado aprovando as medidas de ação social escolar para o ano letivo de 2011-2012 ignora por completo as alterações introduzidas pela Lei 15/2011 e remete diretamente para o DL 70/2010 na sua redação original. Esta atuação do Governo é inaceitável, não só porque constitui um desrespeito pelas decisões da Assembleia da República, mas também porque prejudica muitas famílias que ficarão privadas de apoio escolar para os seus filhos num momento particularmente difícil em que veem reduzido o seu poder de compra de uma forma acentuada.

A CGTP-IN reclama de imediato a aplicação da Lei 15/2011. ●

6º CONGRESSO DA IE

Decorreu em Julho passado, na Cidade do Cabo, na África do Sul, o 6.º Congresso da Internacional da Educação (IE), que teve como lema "Uma Educação de Qualidade para Construir o Futuro".



Prioridade é defender a Escola Pública de qualidade

Os trabalhos desenvolveram-se entre os dias 22 e 26. A delegação da FENPROF foi constituída por três delegados: Mário Nogueira, Secretário-Geral e Manuela Mendonça e Abel Macedo, responsáveis do Departamento de Relações Internacionais da Federação. A IE chegou a este Congresso representando 395 organizações sindicais de trabalhadores da Educação de 171 países, representando mais de 30 milhões de trabalhadores. A 5ª edição, recorde-se, teve lugar em Berlim.



Delegação da FENPROF no 6º Congresso da IE

A sessão de abertura teve lugar na manhã de 22 de Julho e todos os intervenientes convergiram na necessidade de garantir uma Educação de Qualidade para todas as crianças e jovens e reafirmaram que tal só será possível se a aposta e o investimento forem, inequivocamente, na Escola Pública. Presença

importante na abertura foi a do Vice-Presidente da República Sul Africana, mas também a de diversos representantes do governo sul africano, com destaque para o ministro do ensino superior e a ministra da educação básica. Também a UNESCO, diversas organizações internacionais de defesa de serviços públicos e organizações sindicais dos docentes da África do Sul marcaram presença e reforçaram a tônica geral em defesa de uma escola pública de qualidade. Esta posição ganha uma particular importância num momento em que, em todo o mundo, políticas neoliberais atacam violentamente os serviços públicos, com a Escola Pública – a par da saúde e segurança social – no centro do alvo.

Como afirmou o vice-presidente da República Sul Africana "apenas a educação pública poderá dar resposta à educação para todos; só a educação pública poderá promover maior justiça e equidade social". Isto num país que colocou a Educação como prioridade nacional e, por essa razão, desenvolve diversos programas nacionais que visam promover a qualidade educativa, aprovou um financiamento adequado às exigentes necessidades do país, investe na formação de docentes, na melhoria das condições de trabalho, na valorização dos professores, incluindo os seus salários e carreiras, no reforço de respostas sociais que, neste país africano têm ainda maior importância. Esta ideia foi complementada pelas palavras do

ministro do ensino superior e formação, Blade Nzimande, que enfatizou o facto de a Educação não ser uma mercadoria ou um produto que pode ser vendido. "É um bem público útil e como tal deverá ser considerado". No mesmo sentido foi a ministra da educação básica, Angie Motshega, para quem "um futuro de justiça e qualidade para todas as pessoas exige uma grande atenção e investimento na educação".

Os ataques aos sindicatos são também ataques aos direitos fundamentais

Num tempo em que as políticas neoliberais procuram ganhar cada vez maior espaço, o ataque aos sindicatos e ao exercício da liberdade sindical cresce e torna-se mais violento. Daí as palavras de Peter Walldorf, secretário-geral do Sindicato dos Serviços Públicos, para quem "os ataques sobre os direitos sindicais são também ataques aos direitos fundamentais".

E acrescentou que "Se forem enfraquecidas as organizações sindicais e se enfraquecer a sua voz, então é a educação que sai enfraquecida". Foi uma importante sessão de abertura de um Congresso com temas como "promover a educação como um direito humano e um bem público", "melhorar a qualidade da educação", "promover a igualdade investindo na escola inclusiva" ou "reforçar os sindicatos como parceiros essenciais".



Reunião CPLP-SE

Aproveitando a presença de delegados dos países de língua oficial portuguesa, reuniu, na manhã de dia 23, a CPLP – Sindical de Educação. Os dirigentes presentes, para além de partilharem entre si as principais preocupações das respectivas organizações face às políticas educativas e laborais em curso, aproveitaram a oportunidade para trabalharem na construção de um curso de formação sindical a desenvolver nos respectivos países e dirigida aos quadros sindicais.

Nesta reunião, dirigida por Abel Macedo, coordenador desta estrutura, estiveram presentes organizações sindicais de docentes de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

“Ensino Superior público e gratuito”

As abordagens realizadas no 6.º Congresso da IE foram diversificadas, algumas de grande conteúdo, integradas no contexto global de defesa da escola pública, de promoção da qualidade da educação e de democratização dos sistemas educativos. Não surpreendeu, por isso, que ensino superior ou escola inclusiva merecessem referências frequentes, sendo temas destacados. Relativamente ao ensino superior, para além da exigência de investimento e de qualidade, nomeadamente ao nível da formação de professores – não é possível um ensino básico e um ensino secundário de qualidade sem um ensino superior público de qualidade, afirmou, na abertura, o ministro do ensino superior e formação de África do Sul – quase todos os intervenientes defenderam a gratuitidade de frequência do ensino superior, ou seja, a não existência de propinas que, em muitos países, já atingem valores elevadíssimos, impedindo muitos jovens de o frequentarem.

Sobre escola inclusiva, o Congresso foi claro na necessidade de as escolas, cada vez mais, serem capazes e competentes

“

Para a FENPROF, a escola que inclui tem turmas de pequena dimensão, tem equipas multidisciplinares, tem apoios para todos os alunos com dificuldades de aprendizagem, independentemente da sua origem ou natureza

para responderem às necessidades de todos os alunos. O próprio documento político aprovado pelo Congresso refere que “É da responsabilidade das autoridades públicas assegurarem que todos os cidadãos deverão ter acesso a uma educação de alta qualidade que corresponda às suas necessidades”. Um acesso que, acrescenta o documento, deverá alargar-se às oportunidades e incluir todos os níveis de ensino.”

“Sairemos daqui mais fortes, mais conhecedores de outras realidades”

“A FENPROF identifica-se com o documento político apresentado, revendo-se principalmente no seu ponto 3. Diz-se, neste ponto, que as políticas neoliberais de privatização e comercialização de serviços, na Educação têm, como consequências, o comércio de serviços educativos, a precarização do emprego e a aplicação de modelos empresariais de gestão.” São palavras de Mário Nogueira no Congresso da IE, que afirmaria mais adiante: “Sabemos bem o que isso é e sabemos mais. Sabemos que, ao contrário

do que se pretende no nosso documento, as autoridades públicas, em Portugal, não têm protegido a escola pública e o ensino público. Com a justificação da crise, considerando inevitáveis as políticas em curso no mundo e agora rendidos à troika, este ano foram cortados à educação mais de 800 milhões de euros, prevendo-se que o corte atinja os 1.200 milhões até final de 2013.” Noutra passagem da sua intervenção na Cidade do Cabo, o dirigente da FENPROF afirmaria: “Nos últimos anos, a precariedade laboral dos docentes aumentou muito, as condições de trabalho degradaram-se, os horários de trabalho agravaram-se e tornaram-se pedagogicamente absurdos, encerraram milhares de escolas do 1.º Ciclo, agruparam-se escolas básicas e secundárias em unidades que chegam a atingir os 3.000 alunos. As escolas perderam funcionários, psicólogos, terapeutas, assistentes sociais e milhares de alunos com dificuldades de aprendizagem perderam os apoios a que têm direito.

Com estas medidas e mais algumas que não teria tempo de referir na totalidade, a escola portuguesa tornou-se menos inclusiva, o que nós consideramos muito grave, e corre sérios riscos de perder qualidade”. “Em relação aos docentes, nos últimos tempos os seus salários foram reduzidos, as carreiras bloqueadas, a precariedade atingiu os 30%, a profissão tende, preocupantemente, a desvalorizar-se, a aposentação já vai nos 65 anos... Não é por acaso que nas manifestações e protestos que promovemos, uma das principais palavras de ordem seja “Deixem-nos ser Professores!”, observou Mário Nogueira, que sublinhou ainda: “Pretendendo silenciar os professores, são desenvolvidos regimes de avaliação não formativa, assentes em procedimentos burocráticos, de matriz punitiva e com a intenção única de controlar os professores. Temos lutado muito contra eles.” (...) “Sairemos daqui mais fortes, mais conhecedores de outras realidades, mais certos de que não estamos sozinhos na luta, mais apetrechados com argumentos e com este documento político que fala da escola pública e da qualidade educativa. A situação em Portugal é difícil, mas não é por isso que vamos desistir da luta. Lutaremos com a certeza de que, quem luta, nem sempre ganha, mas quem não luta e desiste sai sempre derrotado”, concluiu.

A inclusão no centro do Congresso da IE

Duas secções temáticas abordaram, na manhã de 24 de Julho, a escola inclusiva. Num primeiro painel o tema foi “Será a Escola Inclusiva uma possibilidade real ou um sonho?” e no segundo afirmava-se “A escola inclusiva no centro da comunidade”.

Os participantes nos painéis manifestaram a sua preocupação face ao que consideraram as soluções neoliberais de promoção do sucesso individual, em detrimento de uma

escola pública onde se ensine, eduque e forme. Uma escola inclusiva é aquela em que se trabalha com preocupações pedagógicas; é aquela em que a gestão é democrática; é a que é pública, gratuita, laica, de qualidade e para todos e todas – afirmava Fátima Aparecida, da CNTE, Brasil. Christine Blower, secretária-geral da NUT, da Grã Bretanha, não só corroborava o que antes fora dito, como considerava que os sindicatos deverão estar na primeira linha do apoio e da exigência de inclusão na escola, como na sociedade que, de acordo com Carmen Vieites, de Espanha, se distingue positivamente de assimilação ou integração, olhando, agora a inclusão, numa perspetiva mais ampla do que a que habitualmente se aborda.

Da Indonésia chegava a preocupação em relação ao currículo. A questão não é a de definir um currículo diferente, porque mais simples, mas não capacitador. O desafio é que o currículo seja o mesmo e os apoios existentes permitam compensar as dificuldades. Esta afirmação era corroborada pela Nova Zelândia que considerava que a escola deverá levar cada aluno a dar o seu máximo e alguns, para o conseguirem, terão de ser devidamente apoiados. “Recursos, recursos, recursos” era o que, em síntese, os representantes finlandeses diziam fazer a diferença entre sistemas educativos.

Reforçar a democracia na IE

No âmbito do trabalho preparatório do congresso, a FENPROF reuniu com organizações sindicais de outros países europeus e decidiu apresentar e/ou apoiar um conjunto de propostas de alteração aos Estatutos e ao Regulamento Interno, assim como uma Resolução, visando melhorar o funcionamento das estruturas da IE e reforçar a sua democracia interna. Estas propostas incidiram sobre questões como: a fórmula de cálculo das quotas e a sua ligação directa ao número de votos (que leva à dominação de uma dezena de países da OCDE nas tomadas de decisão); as prioridades ligadas às despesas da organização (necessidade de uma maior transparência); o funcionamento da Comissão Executiva (composição e frequência das reuniões, défice de comunicação das discussões aí realizadas e das decisões tomadas); a autonomia das diferentes regiões (África, Ásia-Pacífico, América Latina, América do Norte e Caraíbas, Europa).

Apesar destas propostas não terem obtido uma maioria de 2/3 dos votos, a FENPROF faz um balanço positivo do debate que suscitaram no congresso, que viria a aprovar a Resolução sobre a estrutura organizativa da IE, estabelecendo a criação de um grupo de trabalho que, no período de 4 anos, avaliará o funcionamento e a eficácia da organização, propondo ao próximo congresso as alterações estatutárias que se revelarem necessárias para fazer evoluir a IE, a fim de melhor representar e servir os interesses de todas as organizações membros. ●

Acção sindical contra as políticas neoliberais e os planos de austeridade na Europa

No decorrer do Congresso, a FENPROF, conjuntamente com a OLME (Grécia) e o SNES (França) apresentaram uma resolução urgente para contestar os planos de austeridade na Europa e para apelar a uma resposta sindical forte. Esta moção, apresentada ao Congresso por Manuel Mendonça em nome das três organizações proponentes, viria a ser aprovada por unanimidade:

O Congresso da Internacional da Educação (IE) apoia a luta dos professores e dos cidadãos em geral da Grécia, Portugal e Irlanda, países sujeitos a programas de “resgate” impostos pela troika UE-BCE-FMI, através de acordos assinados pelos governos destes países. Devido à pressão dos mercados financeiros e das agências de rating, medidas mais duras foram aprovadas em Junho e Julho na Grécia e em Portugal. É sabido que a UE e o FMI usaram a crise financeira como pretexto para impor duras políticas de austeridade caracterizadas por drásticos cortes salariais (na Grécia um total de 3 salários a menos por ano), reduções das pensões, aumento da idade da reforma, condições de trabalho flexíveis e privatização dos serviços públicos. Estas medidas levam a maior desemprego e a menor proteção social, logo a mais injustiça, mais desigualdade e mais pobreza. A propriedade pública está a ser desmantelada, destruída e vendida. Na educação, a prioridade é reduzir custos para tornar os sistemas públicos mais baratos. As consequências negativas nas condições de trabalho dos professores, a fusão e encerramento de estabelecimentos de ensino, e o desenvolvimento de lógicas gerencialistas e de mercado na gestão das escolas hipotecarão o futuro, porque não há solução para a crise que não passe por mais e melhor educação. Medidas de austeridade similares estão sendo implementadas noutros países europeus, como Itália, Espanha, França, etc Neste contexto, o 6º Congresso da IE manifesta a sua total solidariedade com os trabalhadores destes países – especialmente os do sector da educação, e com os seus sindicatos – e apela a uma forte resposta sindical, tanto do CSEE como do CES, junto das instâncias europeias (Parlamento, Conselho, Comissão, Banco Central Europeu). Uma resposta que oponha à “inevitabilidade” da austeridade, programas alternativos de investimento e desenvolvimento que gerem crescimento e emprego sustentáveis e, conseqüentemente, receitas de rendimentos e impostos - condição para resolver os problemas da dívida e do deficit. Uma resposta que defenda o emprego, melhores salários e pensões, a proteção social universal, uma mais justa distribuição da riqueza, a educação pública e outros direitos sociais fundamentais. Os cidadãos europeus não devem pagar pelas consequências de uma dívida de que não são responsáveis. Compete à IE, a nível europeu e mundial, promover e coordenar a luta contra estas políticas e apoiar as propostas das organizações membros que reclamam uma auditoria transparente e independente da dívida, assim como a sua renegociação. ●



O Congresso da IE e a importância do sindicalismo internacional

MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

A IE, de que a FENPROF é membro fundador, foi criada em 1993 e representa 30 milhões de professores e trabalhadores da educação de todo o mundo.

Entrando a sua acção na defesa dos direitos humanos, profissionais e sindicais, tem no centro das suas reivindicações a defesa de uma educação de qualidade para todos, gratuita e pública e a promoção da paz, da democracia, da justiça social e da igualdade, através do desenvolvimento da educação e do reforço da acção colectiva dos docentes de todo o mundo.

No seu 6º congresso, foi aprovado um documento político sobre educação, onde se aprofunda o conceito de educação como direito humano e bem público e se reafirma a importância da profissão docente. Foram também aprovadas diversas resoluções, nomeadamente sobre o financiamento da educação num contexto de crise económica e o fortalecimento do sindicalismo internacional num contexto de globalização.

A resolução urgente «A acção dos sindicatos contra as políticas neoliberais e os planos de austeridade na Europa», apresentada pela FENPROF, OLME e SNES e apoiada

por outros sindicatos europeus, de Espanha, Irlanda, Itália, etc., visa alertar para as graves consequências das medidas de austeridade que estão a ser impostas na zona euro e apelar a uma resposta sindical forte e concertada contra estas políticas.

Ao aprovar esta resolução, o 6º Congresso Mundial da IE manifestou a sua solidariedade para com os cidadãos e sindicatos europeus que, em vários países, têm vindo a contestar o caminho que está a ser seguido (em particular na Grécia, onde a situação era, e continua a ser, mais crítica), exigindo uma auditoria independente à dívida dos países em crise; a renegociação da dívida (incluindo taxas de juro mais baixas e prazos mais alargados para a redução do défice) e uma estratégia de investimento e desenvolvimento que gere crescimento e emprego, assim como uma mais justa distribuição da riqueza. Por outro lado, reforçou a necessidade de uma acção sindical conjunta, promovida e coordenada pela IE aos vários níveis, que constitua uma pressão sobre as instâncias europeias para a inversão destas políticas.

Importa sublinhar o facto de esta resolução ter sido aprovada por unanimidade, já que os 1800 delegados presentes representam organizações com posições e culturas sindicais distintas. Mas importa também, e sobretudo, garantir a sua implementação, tão mais urgente e necessária quanto se agravam em vários países, nomeadamente no nosso, as medidas de austeridade, e se intensificam os ataques contra a escola e os serviços públicos.



Num contexto em que as políticas são cada vez mais decididas a nível supranacional, temos que atravessar fronteiras em busca de uma forte concertação de esforços sindicais nos vários planos, começando, naturalmente, pela Europa. É urgente uma resposta sindical à escala europeia contra a ofensiva anti-social que está em curso. Valorizando os avanços democráticos e progressistas que se têm verificado, especialmente na América Latina, temos que questionar este projecto europeu e lutar por uma Europa solidária, de coesão económica e social, uma Europa de progresso e não de retrocesso.

Só melhorando o funcionamento das estruturas de que fazemos parte, nomeadamente a IE, poderemos responder eficazmente a este desafio, reforçando e coordenando a acção sindical a nível nacional, europeu e mundial para, com outros actores e movimentos sociais, afirmar políticas alternativas e encontrar caminhos para as atingir. ●

SOLIDARIEDADE

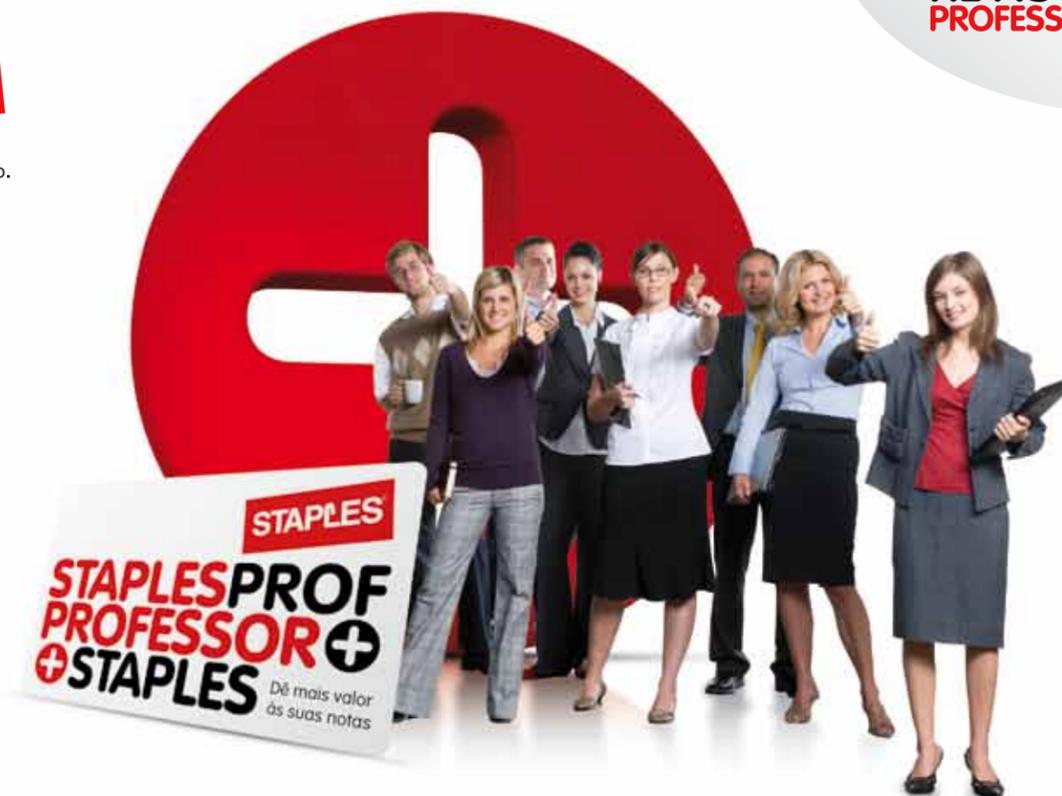
Pelo reconhecimento do Estado palestino como membro das Nações Unidas 50 organizações portuguesas subscreveram abaixo-assinado

No quadro da iniciativa da Organização de Libertação da Palestina de requerer o reconhecimento do Estado palestino como membro das Nações Unidas, 50 organizações portuguesas subscreveram um abaixo-assinado apelando "ao Governo Português para que, em obediência ao disposto no art. 7º da Constituição da República e aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, apoie em todos os fóruns internacionais e, em particular, no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral da ONU, o reconhecimento do Estado da Palestina - com fronteiras nos territórios ocupados em 1967, incluindo Jerusalém Leste - como membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas". O abaixo-assinado foi entregue no passado dia 20 de Setembro, na Residência Oficial do Primeiro-Ministro, por Rui Namorado Rosa, Presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação, e Carlos Carvalho, do Conselho Nacional da CGTP-IN. A iniciativa deste conjunto de organizações insere-se na sua permanente, comprometida e solidária acção em prol das justas e legítimas aspirações de liberdade do povo palestino. ●



STAPLES®

Tudo para fazer um bom negócio.



MAIS PARA TODOS OS PROFESSORES.

+ novidades + facilidades + informação + descontos

ESTE REGRESSO ÀS AULAS É MAIS FÁCIL PARA QUEM É PROFESSOR+
POUPE AINDA MAIS E RECEBA GRATUITAMENTE A NOVA REVISTA PROFESSOR+

VANTAGENS CARTÃO PROFESSOR+

- 7,5% de reembolso em Papelaria, Material Escolar, Calculadoras, Dicionários e Gramáticas;
- No quadrimestre do regresso às aulas (Agosto a Novembro de 2011) as compras de Impressoras, Livros, Cartões de Memória, Memórias USB, Discos Externos, CD's e DVD's, Ratos e Cadeiras de executivo também serão consideradas para atingir o valor mínimo de compras referentes ao reembolso de 7,5% do seu Cartão Professor+;
- 10% de reembolso em serviços do Centro de Cópias e Impressão;
- Reembolso e desconto imediato em produtos selecionados;
- Uma vasta gama de parcerias que lhe permitem poupar em produtos e serviços;

Adira ao Cartão Professor + até 15 de Outubro e receba gratuitamente a nova revista Professor+ com vales de desconto no seu interior. De 15 de Agosto a 15 de Outubro de 2011, seja um dos primeiros 2.500 professores a fazer gosto na página Professor+ no Facebook e receba um vale de 5€ em compras Staples.

COMO ADERIR

Para aderir ou conhecer as condições gerais da Campanha de Regresso às aulas e do Cartão Professor+ dirija-se a uma loja Staples ou visite www.professormais.com.

Se já tem Cartão Staples Professor+ a sua revista foi enviada para a sua morada. Campanha válida de 15 de Agosto a 15 de Outubro de 2011. A oferta da Revista Professor+ é limitada às 10.000 unidades mediante a apresentação de um dos seguintes comprovativos de professor: Carteira Profissional, Recibo de vencimento com data inferior a 6 meses, Declaração da escola onde lecciona, Cartão de um sindicato válido ou Cartão Electrónico.

Sobredotação e talento: atenção da Escola à diversidade

Realiza-se a **18 e 19 de novembro** o Congresso Internacional 2011 da Associação Nacional para o Estudo e Intervenção na Sobredotação (ANEIS), sob o tema "Sobredotação e Talento: Atenção da Escola à Diversidade". A iniciativa junta investigadores e professores de Espanha, Brasil e Portugal, experientes na identificação e na intervenção junto de crianças e jovens com características de sobredotação. O evento decorre no Instituto de Educação da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, em Braga. ●



"A Ciência e os Oceanos"

No início de um novo ano letivo, a Ciência Viva convida os professores a participar, mais uma vez, no projeto "A Ciência e os Oceanos". Trata-se de um conjunto de actividades para os Ensinos Básico e Secundário, propostas por investigadores e testadas em sala de aula, com as quais se pretende promover o ensino experi-

mental das ciências do mar e a sua integração nas disciplinas curriculares. Os temas encontram-se divididos de acordo com os níveis etários e escolares dos destinatários.

"Ecosistemas Marinhos": estas actividades, cuja conceção conta com o apoio da Rede de Centros Ciência Viva e da comunidade científica, destinam-se ao Ensino Básico (1.º e 2.º ciclos) e Pré-Escolar, tendo como objectivo estimular o gosto pela Ciência, em especial a observação e a experimentação.

"Explorando o Mar": estes desafios experimentais dirigem-se às escolas dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, relacionando os ecossistemas marinhos com a saúde humana. ●

+ INFO www.cienciaviva.pt/oceanos/



Programa Eco-Escolas 2011-2012

Encontram-se abertas as inscrições – este ano realizadas online – no Programa Eco-Escolas 2011-2012. Este projeto destina-se, preferencialmente, às escolas do ensino básico, embora possa ser implementado em qualquer grau de ensino. Entre outros objectivos, o Programa Eco-Escolas pretende premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade; estimular as crianças e jovens a participar na tomada de decisões e na implementação das ações; sensibilizar para a mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no dia-a-dia, a nível pessoal, familiar e comunitário; e apoiar muitas das actividades desenvolvidas pelas escolas.

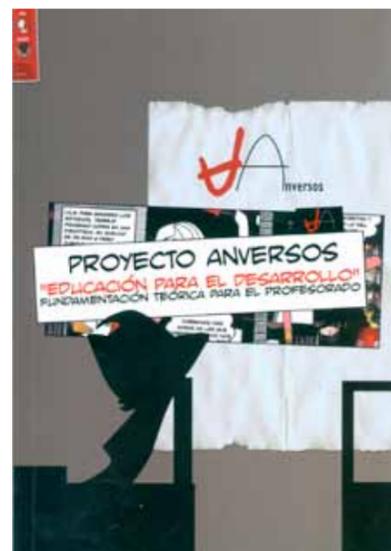
As Eco-Escolas seguem a metodologia inspirada na *Agenda 21*, baseada na observância de 7 passos: conselho eco-escolas; auditoria ambiental; plano de ação; monitorização/avaliação; trabalho curricular; divulgação à comunidade; eco-código.

Todas as Eco-Escolas devem tratar os temas base – água, resíduos, energia e alterações climáticas – e, complementarmente, biodiversidade, agricultura biológica, espaços exteriores, ruído e transporte. Para ser reconhecido com a Bandeira Verde Eco-Escolas, o estabelecimento de ensino tem de apresentar a sua candidatura, demonstrando que seguiu a metodologia proposta, concretizou o plano de ação e realizou actividades no âmbito dos temas-base e tema do ano. Para efetuar a inscrição, aceder ao sítio Eco-Escolas. Para consultar o Programa, visitar a página Associação Bandeira Azul da Europa. ●

+ INFO www.abae.pt/programa/EE/inicio.php

culturais

LIVROS



Projecto Anversos Iniciativa FECCOO

A Federación de Enseñanza de Comisiones Obreras (CCOO) e a Fundación Paz y Solidaridad Serafin Aliaga, desenvolveram um interessante material didáctico no âmbito do projecto "Anversos. Recursos multimedia de educación para el desarrollo para la formación del profesorado e su aplicación en el aula". A publicação dedicada ao ensino secundário, com CD vídeo multimedia incluído, aborda os desafios dum mundo globalizado e da educação para o desenvolvimento, dando várias perspectivas de investigação. Trata-se de um trabalho coordenado por Inés Sánchez e Eva Fernández. O caderno com fundamentação teórica para os sindicalistas e para o professorado em geral aborda temas centrais como o direito à educação na era da globalização, a situação dos trabalhadores na actualidade, a cooperação com a Internacional de Educação (IE) e os desafios que se colocam à educação para o desenvolvimento e o seu papel no diálogo intercultural. | JPO ●

TEATRO

Candidaturas para o FITEI 2012 terminam a 15 de Outubro

Até ao próximo dia 15 de Outubro, continuam abertas as inscrições para as companhias de teatro e projetos de artes performativas com interesse em participar no FITEI 2012 - 34º Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, que se realizará nas cidades do Porto e Matosinhos, como habitualmente na última semana de Maio e na primeira de Junho. O download das fichas de inscrição, na versão portuguesa ou castelhana, está disponível no site do FITEI, em <http://www.fitei.com/?opt=fitei&id=fichadeinscricao>

Companhia Instável

Depois do Teatro Bruto, em 2005, a que se seguiram Visões Úteis, Ensemble, Assédio,

Teatro do Bolhão e NEC Núcleo de Experimentação Coreográfica, cabe à Companhia Instável, do Porto, conceber um espetáculo que terá a estreia absoluta no FITEI 2012. Na última edição, o desafio foi lançado ao Teatro de Marionetas do Porto e a João Paulo Seara Cardoso, mas com o falecimento deste, a companhia repôs a sua última criação. Uma produção do Cine-teatro Constantino Nery assegurou uma estreia absoluta no festival. A Companhia Instável foi criada em 1998 e tem procurado criar condições e oportunidades profissionais a criadores e intérpretes de dança contemporânea. ●

+ INFO <http://museu-angra.azores.gov.pt>



MÚSICA

"Mútuo Consentimento": novo CD de Sérgio Godinho

"Mútuo Consentimento" – aí está o novo álbum de Sérgio Godinho, cinco anos depois do seu último disco de estúdio, "Ligação Directa". Com o habitual grupo de Assessoras – os músicos que o acompanham há vários anos – Sérgio Godinho gravou 12 novas canções, que resultaram do seu método habitual de composição, ao longo dos 40 anos de carreira: "Olhar à volta e ver o que se passa", disse o músico à Agência Lusa. "Eu o que faço é tentar contar coisas, falar de coisas, fazer interrogações à minha maneira e saber que há pessoas que são tocadas por isso", sublinhou Sérgio Godinho. Essas interrogações são "contos de um instante", como canta numa das canções do novo disco, e tanto podem falar de amor ("Intermitentemente"), como da situação do país e das incertezas do presente ("Acesso bloqueado"). (da Imprensa). ●



PROPOSTA

Casa-Estúdio Carlos Relvas

A Golegã tem justificado orgulho num espaço cultural que merece a nossa atenção (e visita pomenorizada). Falamos da Casa-Estúdio Carlos Relvas, pioneiro da fotografia (séc. XIX), que deixou um extraordinário património de imagens que o consagram como um artista de excepção. Mas legou-nos também a incomparável Casa-Estúdio da Golegã, única no seu género a nível mundial, para sempre ligada à sua obra e ao seu projecto de vida. Relvas já tinha construído um primeiro atelier exclusivamente direccionado para a fotografia, apetrechado com um sistema de vidraça e cortinas que lhe permitia controlar a entrada de luz. Mas é em 1876 que inaugura o seu segundo e magnífico atelier, autêntico templo dedicado à arte fotográfica. Situado também no jardim da sua casa do Outeiro, o edifício revelou-se um projecto arrojado e cuidadosamente concebido, pioneiro de uma arquitetura de transição que fundia admiravelmente a arte e a tecnologia em pedra, estuque, ferro e vidro. A Casa Estúdio recebe visitas de escolas através do seu serviço educativo. ●

+ INFO www.casarelvass.com



WORKSHOPS

Música e dança flamenca e sevilanas em Coimbra

O Teatro Estúdio Bonifrates (Casa Municipal da Cultura de Coimbra) realiza em meados de Outubro, em parceria com o Conservatório de Música, um conjunto de workshops de música e dança flamenca e de sevilanas, orientados por Xavier Llonch e Maria José Navarro, para além de um espetáculo de flamenco. Aqui fica a agenda: workshops de Guitarra Flamenca; Compasso Flamenco (cajón e palmas) e Dança-Sevilanas e Dança-Flamenco – 15 e 16 de Outubro, no Conservatório de Música de Coimbra (info e inscrições: www.conservatoriomcoimbra.pt); espectáculo do Grupo "El Camino", 15 de Outubro, 22h00, no Teatro-Estúdio Bonifrates. Está também prevista a segunda temporada de espectáculos "La Calle del Infierno" em 7, 14, 21 e 28 de Outubro, sempre às 21h45. Reservas: 239 716 095. | JPO ●

+ INFO www.bonifrates.com

